



WRM BOLETIM

Movimiento Mundial pelas Florestas Tropicais



número 115 - Fevereiro 2007

NOSSA OPINIÃO

- Fórum Social Mundial: uma parada no caminho

COMUNIDADES E FLORESTAS

- Birmânia: o esverdeamento da junta militar pela Sociedade de Conservação da Vida Silvestre
- Brasil: barragens podem destruir o sustento da tribo isolada Enawene Nawe
- Colômbia: U'was resistem explorações de petróleo
- Costa Rica: conservacionismo comercial atinge camponeses, mulheres e crianças da floresta tropical
- Equador: o governo enfrenta um desafio no Parque Nacional Yasuni
- Índia: Lei de Direitos sobre as Florestas, uma arma de luta
- Mali: as florestas na soberania alimentar

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- Austrália: Tasmânia mostra o caminho para proibir as plantações de árvores
- Brasil: as práticas enganosas da Veracel
- Camarões: as "florestas" de borracha da FAO
- Índia: projeto de florestamento do Banco Mundial está cada vez pior
- Malásia: plano de plantações de acácias ameaça a floresta Belum- Temenggor
- Quênia: plantemos sementes de paz e esperança, não sementes de conflito!
- Vietnã: o que está acontecendo no setor da celulose e do papel?

SUMIDOUROS DE CARBONO

- Uganda: anotações de uma viagem ao Mount Elgon

BIOCOMBUSTÍVEIS

- A União Européia e sua solução sem perspectiva para um setor do transporte à prova do clima: quanto mais gasolina você consumir, mais verde você será
- Enfrentando a corrida do biocombustível: a terra deve ser usada para alimentar as pessoas, não os carros

NOSSA OPINIÃO

- Fórum Social Mundial: uma parada no caminho

O Fórum Social Mundial reuniu-se em Nairobi, Quênia, de 20 a 25 de janeiro. Além das opiniões pessoais sobre o que aí foi obtido, o que para nós é mais importante salientar não é o que aí foi dito ou feito, senão sua mensagem de que “outro mundo é possível”.

Tal mensagem transmite implicitamente que o mundo atual deixou de ser possível. Neste mundo cada vez mais dominado por grandes corporações, os problemas sociais e ambientais agravam-se ano após ano. Apesar da invenção incessante de supostas soluções apresentadas por aqueles que procuram a todo custo mantê-lo vivo, o certo é que, na maioria dos casos, se constata que é pior a emenda que o soneto. Vejamos exemplos de algumas dessas “soluções” no âmbito de ação do WRM:

- Diante da perda de biodiversidade, a principal “solução” é o estabelecimento de áreas protegidas, que entre outras coisas implica a expulsão das comunidades que nelas habitam.

- Diante do desmatamento, acumulam-se “soluções” tais como áreas protegidas, plantações de monoculturas de árvores e a certificação de plantações e florestas.

- Diante da mudança climática, algumas das “soluções” são os sumidouros de carbono (plantações de árvores em grande escala), e os biocombustíveis (plantações de dendzeiros, soja e milho transgênicos, cana-de-açúcar).

Cada uma dessas “soluções” implica uma quantidade de sérios impactos sociais e ambientais, que temos detalhado em numerosos artigos do boletim do WRM. Seu valor real é nulo e apenas servem para dar a enganosa impressão de que tudo pode ser resolvido sem ter que apelar às mudanças profundas que se necessitam urgentemente. Entre outras coisas, possibilitam:

- Que continue o desmatamento a fim de as grandes empresas (madeireiras, mineiras, petroleiras, hidrelétricas, camaroneiras) continuarem acumulando lucros, sob o pretexto que as áreas protegidas existem para manter a biodiversidade, que as plantações atenuam a pressão sobre as florestas (e que estão certificadas), que as hidrelétricas não provocam emissões de gases de efeito estufa, etc.

- Que continue a promoção de monoculturas (agrícolas e florestais) e o pacote a elas ligado de agrotóxicos e transgênicos para as grandes empresas (semeadoras, químicas, biotecnológicas, papeleiras) continuarem acumulando lucros, sob o falso pretexto que pretendem paliar a fome do mundo, ou substituir petróleo por biocombustíveis ou produzir o papel que o mundo precisa.

- Que continue a destruição do clima com a contínua queima de combustíveis fósseis e que não apenas as empresas petroleiras continuem acumulando lucros, senão que também possam entrar no negócio outras grandes empresas (do negócio do dendê, açucareiras, biotecnológicas, etc.).

- Que continue a destruição da base de sustento de milhões de camponeses e indígenas através da apropriação de terras, águas e florestas por parte das grandes empresas (do negócio da água, biotecnológicas, farmacêuticas, papeleiras, etc.).

A despeito de sua aparente fortaleza, esse mundo já demonstrou que não é nem social nem ambientalmente viável no longo prazo e já está destruindo os próprios alicerces do mundo que todos nós habitamos: o clima, a água, o solo, o ar, a biodiversidade.

Diante disso, a mensagem do fórum é que “outro mundo é possível”. Qual mundo? Um mundo socialmente solidário e ambientalmente respeitoso. Mas como será? Não temos uma resposta, mas temos a convicção que é possível. Como chegar lá? Talvez as palavras do escritor Eduardo Galeano sirvam para fazer-nos pensar:

“A utopia está no horizonte. Aproximo-me dois passos, ela afasta-se dois passos. Caminho dez passos e o horizonte afasta-se dez passos. Por muito que caminhe, nunca a alcançarei. Para que serve a utopia? Para isto: serve para caminhar”.

Nessa caminhada, o Fórum Social Mundial é apenas uma parada no caminho, onde uma enorme diversidade de caminhantes pára para intercambiar suas idéias. Portanto, além de tudo o que for feito no Fórum ou do que o Fórum puder fazer, o que importa mesmo é que os caminhantes vão encontrando os caminhos para chegar a esse “outro mundo possível”.

início

COMUNIDADES E FLORESTAS

- **Birmânia: o esverdeamento da junta militar pela Sociedade de Conservação da Vida Silvestre**

O afastado e ambientalmente rico vale de Hugawng no Estado de Kachin no norte da Birmânia tem sido reconhecido internacionalmente como um dos hotspots de biodiversidade do mundo. Até permaneceu sem ser tocado pelo regime militar da Birmânia até a metade da década de 90.

Depois do cessar-fogo entre a Organização da Independência de Kachin (KIO) e a junta em 1994, os residentes locais tinham muita esperança de que a paz fomentaria a economia e melhoraria as condições de vida. No entanto, como diz Valley of Darkness (Vale da Escuridão) um novo relatório por pesquisadores locais secretos publicado em 2007 pelos Grupos da Rede para o Desenvolvimento de Kachin diz: "Sob o maior controle da junta, os ricos recursos do vale transformaram-se em uma maldição”.

A junta militar que governa a Birmânia, junto com a Wildlife Conservation Society (Sociedade de Conservação da Vida Silvestre) baseada nos Estados Unidos estão estabelecendo a maior reserva de tigres do mundo: a Reserva de Tigres do Vale de Hugawng. No entanto, as condições das pessoas que vivem lá não receberam qualquer atenção. O relatório expõe que a junta militar da Birmânia tem confiscado granjas e casas para estabelecer sua infra-estrutura militar e está liquidando vastos lotes para concessões de mineração de ouro –oferecendo até 18% de todo o Estado de Kachin para concessões de mineração em 2002, crescendo as maiores de 14 em 1994 para 31 em 2006. As florestas e cursos de água do vale estão sendo agora devastados por mais de 100 minas hidráulicas e a céu aberto que utilizam bombas e dragas mecanizadas e despejam resíduos contaminados com mercúrio.

Os devastadores impactos são sentidos não apenas pelo meio ambiente, mas também pelas comunidades locais. "Apenas a junta e um punhado de empresários estão beneficiando-se com o ouro enquanto os povos locais sofrem as consequências" diz o relatório, enquanto a afluência de milhares dos migrantes desesperados de toda a Birmânia, junto com duras condições de trabalho, falta de oportunidades de educação e pobreza têm levado à expansão das indústrias da droga, do sexo e do jogo no outrora imaculado vale. O uso das drogas intravenosas e a indústria do sexo têm

aumentado a expansão do VIH/AIDS.

A Sociedade de Conservação da Vida Silvestre está alegando que a junta da Birmânia têm fechado quase completamente a indústria da mineração do ouro no vale. Esse relatório evidencia o contrário, documentando moradores locais falando sobre a fundamental falta de benefícios locais ou participação no chamado "programa de desenvolvimento da área fronteiriça", do qual a junta militar gaba-se continuamente.

"Queremos que o mundo saiba que tanto os tigres quanto as pessoas do vale de Hugawng estão sendo colocados em perigo pelo regime militar da Birmânia" salienta o relatório.

Extraído e editado de: "Valley of Darkness. Gold mining and militarization in Burma's Hugawng Valley", 2007, Kachin Development Networking Groups (KDNG), e-mail: kdnngroup@gmail.com. O relatório completo está disponível em: www.aksyu.com

[início](#)

- Brasil: barragens podem destruir o sustento da tribo isolada Enawene Nawe

Os Enawene Nawe- uma pequena tribo amazônica de uns 420 integrantes que vivem da pesca e coleta no Estado do Mato Grosso, Brasil- são um povo relativamente isolado que foi contatado pela primeira vez em 1974. Plantam mandioca e milho em hortas e coletam produtos florestais- por exemplo, mel-, mas seu principal sustento provém da atividade pesqueira. O peixe é uma parte vital de sua alimentação já que é uma das poucas tribos que não comem carne vermelha. Durante a época de pesca, os homens constroem grandes barragens através dos rios e passam vários meses acampados na floresta, acumulando e defumando o peixe que depois é transportado em canoas até a aldeia.

Durante décadas, os Enawene Nawe enfrentaram a invasão de suas terras por seringueiros, garimpeiros, fazendeiros e mais recentemente, por plantadores de soja- a Maggi, a maior empresa sojeira do Brasil, em 1997, construiu ilegalmente em suas terras um caminho (que foi posteriormente clausurado por um procurador federal). Mesmo que seu território tenha sido reconhecido oficialmente e ratificado pelo governo em 1996, uma área chave conhecida como região do Rio Preto foi excluída. Esta área é importantíssima para os Enawene Nawe tanto economica quanto espiritualmente- é o lugar onde constroem seus acampamentos de pesca e barragens, e onde vivem importantes espíritos.

Atualmente, há mais de 11 barragens planejadas ao longo do rio Juruena, que corre através do território indígena. As barragens serão financiadas por um consórcio de empresas, muitas das quais estão envolvidas na indústria da soja.

Os Enawene Nawe se opõem às barragens, e fizeram um apelo para essas construções serem detidas. Eles afirmaram claramente:

"Nós somos os Enawene Nawe da aldeia Halataikiwa. Recentemente estivemos em uma reunião. Nós não procuramos essa reunião, foram os brasileiros que nos convidaram. Junto a nossos representantes estavam os representantes das tribos Nambiquara, Pareci, Myky e Rikbaktsa.

Na reunião, falamos com um brasileiro a respeito da construção de barragens. Ele disse 'Venham e vejam a primeira barragem que construímos'. E continuou, 'As barragens são uma coisa boa, não uma coisa ruim. Os peixes não morrerão, a água não ficará suja, a floresta não morrerá.'

Nós dissemos claramente a quem quer construir as barragens: 'Não construam as barragens, nós não as queremos.' Nós, os Enawene Nawe, estamos completamente contra as barragens. Nós não queremos nem carros nem dinheiro. Nós pensamos nos peixes e na água.

O povo Rikbaktsa pensa igual. Ao voltarmos, nós, os Enawene Nawe, conversamos juntos. Depois disso, falamos em Cuiabá [capital do Estado do Mato Grosso], com o procurador público. Ele disse que a situação era complicada. Então, nós pensamos que: a OPAN [uma ONG brasileira que trabalha com povos indígenas] e o Ministério Público Federal deveriam analisar o relatório do impacto em conjunto, e imediatamente nós devemos ir a Brasília a fim de todos os Enawene Nawe podermos conversar aí.

Estamos procurando a ajuda dos outros, já que estamos muito descontentes, verdadeiramente descontentes."

Extraído e editado de: "Dams threaten fishing tribe", Survival International, <http://www.survival-international.org/news.php?id=2193>, http://www.survival-international.org/tribes.php?tribe_id=194

início

- Colômbia: U'was resistem explorações de petróleo

Em 15 de dezembro de 2006, o governo colombiano divulgou sua decisão de reiniciar atividades de exploração petrolífera nos Blocos Sirirí e Catleya, localizados nos departamentos de Arauca, Santander, Norte de Santander e Bocayá, no nordeste do país, que estão dentro do território dos U'wa.

Durante mais de uma década os U'wa têm dito ao mundo o que significa para eles, cultural e espiritualmente, o petróleo, e não têm deixado de denunciar as consequências que teria uma exploração petrolífera para seu território e sua cultura e têm oferecido inclusive sua vida para defender-se do presumível desenvolvimento. Sua luta e sua convicção têm inspirado outros povos ao redor do mundo que têm percebido como a indústria petrolífera, que apenas beneficia uns poucos, tem destruído suas vidas. Com o argumento do desenvolvimento e o progresso esses projetos querem impor-se a eles, mas trazem destruição.

Diferentes pesquisador@s e expert@s nos conflitos ambientais e sociais ocasionados pela indústria petrolífera têm evidenciado os prejuízos que tem causado e causará a exploração petrolífera às terras e vidas dos U'wa. Ferry Lynn Karl, professora da Universidade de Standford nos Estados Unidos, fez uma análise muito minuciosa dos impactos negativos do projeto Sirirí/Catleya para os ecossistemas e para a situação social e econômica dos indígenas, anunciando que também poderia gerar um estado de violência na região.

A decisão governamental significa um desconhecimento do direito dos U'wa a seus territórios ancestrais, que incluem o solo e o subsolo. A cédula real entregada pela Coroa à Nação Tuneba (U'wa) em 1802, ratificou e delimitou sua jurisdição nos atuais departamentos de Casanare, Arauca,

Boyacá, Santander, Norte de Santander e em porção do território venezuelano. Por sua vez, esses direitos estão reafirmados pela Lei Colombiana 153 de 1887 e também pelo Artigo 332 da constituição de 1991. A decisão do Ministério do Interior de continuar com o projeto petrolero Sirirí/Catleya viola também a Convenção 169 da OIT e as recomendações ajustadas em 1998 entre o Governo Nacional e o Povo U'wa.

No quadro do processo de "Consulta Prévia" iniciado pelo governo para a exploração e exploração petrolera no território U'wa, realizou-se uma consulta com a organização indígena de Arauca, Ascatidar, a que deu como resultado uma resposta negativa e ASOU'WA, a organização que reúne os indígenas U'wa de Santander, Norte de Santander e Boyacá, disse não à consulta prévia. Ainda assim, o governo informou que convocará as organizações para que se envolvam na realização do Plano de Manejo Ambiental.

Mais de 120 organizações colombianas e de diferentes partes do mundo, e aproximadamente 30 pessoas enviaram em 22/12/2006 uma carta ao presidente colombiano, Álvaro Uribe, para exprimir sua surpresa e indignação pela decisão de realizar explorações petroleras no território U'wa. Nela pedem que revise a decisão de autorizar a exploração sísmica no Território do Povo U'wa e archive para sempre esse projeto.

Gubanu, um ancião, que também é um werjayu (sábio), percorreu descalço o distrito capital para iniciar uma nova etapa na diplomacia U'wa. Junto com Luis Tegria Sirakubo, presidente da Asociación de Autoridades Tradicionales y Cabildos U'wa, ASOU'WA, realizaram reuniões em Bogotá com representantes da União Européia, a embaixada da Venezuela e inúmeras organizações sociais e não governamentais que apoiam a oposição desse povo à realização de atividades petroleras em seu território. Gubanu cumpriu o objetivo que seu povo lhe tinha encomendado: ratificar a visão dos U'wa com relação ao assunto petrolero, que foi recentemente expressada em 12 de outubro de 2006, quando disseram rotundamente não ao processo de consulta prévia proposto pelo governo colombiano.

Os representantes U'wa realizaram um encontro com a imprensa, onde exprimiram sua visão de que com a exploração petrolera não apenas tiram o sangue da mãe terra, mas fica em mal estado. "É por isso" disse o ancião, "que agora já não há tanta pesca como antes, faz mais calor e o ayú sagrado (folha de coca), com o que o werjayu faz seus trabalhos espirituais, se secou".

Por todas essas razões e como afirmam as organizações que apoiam a luta dos U'wa: "O projeto petrolero Sirirí/Catleya não deve continuar. Queremos dizer-lhe [Presidente Uribe] que os U'wa não estão sozinhos, que continuaremos acompanhando sua corajosa luta, que estaremos a seu lado até que o Governo colombiano e as empresas petroleras Ecopetrol e Repsol YPF entendam que esse território é sagrado e que as culturas com princípios não têm preço".

Artigo baseado em informação obtida de: Carta ao Presidente da República da Colômbia, Álvaro Uribe Vélez, Bogotá, 22 de dezembro de 2006, publicada pelo Boletim "Ambientalistas en Acción" #55, http://www.censat.org/Documentos/AmbientalistasAccion/Carta_presidente_uwas.pdf; "U'was Reactivan Diplomacia a Favor de Su Territorio", Amazon Watch, http://www.amazonwatch.org/newsroom/view_news.php?id=1337

[início](#)

- Costa Rica: conservacionismo comercial atinge camponeses, mulheres e crianças da floresta tropical

Costa Rica tem sido desenvolvida como uma economia orientada às exportações, sem independência política ou econômica. A pressão das exportações sobre os recursos pelo sistema mundial resultou em grande desigualdade. Desde o Protocolo de Kyoto, os neoliberais têm redefinido as florestas como 'geradoras de oxigênio', um conceito que a Costa Rica tem adotado. Neste quadro, as comunidades locais, especialmente as que vivem nas florestas tropicais e que dependem para a sobrevivência do que as florestas providenciam, têm visto seu sistema de suporte básico minado.

A crise ambiental global tem salientado o fato de que a vegetação das florestas armazena carbono que, se for liberado, contribuiria com o aprisionamento de calor na atmosfera, aumentando as temperaturas e acelerando a mudança climática. No quadro do desenvolvimento sustentável, as florestas têm virado 'capital natural', mas na realidade elas são bem mais do que isso. A floresta é um mecanismo essencial para o controle das enchentes. Na floresta, as árvores estão conectadas diretamente entre elas através da multidão de criaturas que se relacionam com elas como alimento, abrigo ou lugar para aninhar; através de seu acesso compartilhado à água, ao ar e à luz do sol; e através de um sistema subterrâneo de fungos que relaciona todas as árvores como um super-organismo. Os povos das florestas tropicais também fazem parte desse super-organismo.

O chamado desenvolvimento sustentável agravou o acesso desigual aos recursos intensificando o antecipado cercado da terra através do Sistema de Áreas de Conservação criado em 1989 pelo então Ministério dos Recursos Naturais, Energia e Minas (MIRENEM, atual MINAE). Através do SINAC (Sistema Nacional de Áreas de Conservação), o modelo de área de conservação foi implementado para manejar a vida silvestre e a biodiversidade do país. O país foi dividido em 11 áreas de conservação compreendendo vida silvestre, terras particulares e assentamentos humanos sob a supervisão do atual Ministério do Meio Ambiente e Energia (MINAE), expandindo o modelo de cercado, e cercado 25,58% do território nacional. A terra expropriada tem sido organizada ao longo das linhas dos parques nacionais na América do Norte dos que as pessoas são excluídas e lhes é negada qualquer função na sustentação dos ecossistemas. Estas terras expropriadas estão ligadas às redes transnacionais e políticas para forjar "atores" locais e globais através de categorias de manejo, como por exemplo Patrimônio da Humanidade, parques nacionais, zonas úmidas, reservas biológicas, áreas protegidas, reservas de florestas e refúgios da vida silvestre. Ao mesmo tempo, constroem-se limites internos, separando os povos locais que dividem vulcões, quedas de água, rios, águas termais, macacos congo e abrigos para desova de tartarugas. As terras cercadas transformam-se em sítios para mineração, pesquisa, ecoturismo e venda de oxigênio.

O Protocolo de Kyoto apresentou uma nova conceituação das florestas tropicais do mundo. Agora são valorizadas economicamente em termos da quantidade de carbono que sequestram. As Áreas de Conservação são consideradas elegíveis para receber pagamentos pelos "serviços ambientais" que fornecem. Na Área de Conservação de Arenal (ACA), organizada pelo World Wildlife Fund-Canadá, os parques nacionais, como por exemplo o Parque Nacional do Vulcão Arenal e do Vulcão Tenorio, e as reservas de florestas como por exemplo a de Cerro Chato, vendem oxigênio. Mas para colocar o oxigênio no mercado, em 1994, a anterior reserva do Vulcão Arenal teve que ser declarada Parque Nacional do Vulcão Arenal. De 5 hectares foi estendido para 12.010 hectares. Em decorrência disso, comunidades inteiras foram deslocadas pela força. Uma injunção tramitada na Suprema Corte da Costa Rica (Divisão IV do sistema judicial), informou grandes perdas pelos camponeses que viviam na área da Bacia da Área de Conservação de Arenal (ACA). Perderam terras, pastagem, casas, estabelecimentos de laticínios e caminhos. Os antigos donos das propriedades se têm transformado em arrendatários de cabanas ou habitantes de tugúrios. Os

efeitos pessoais dos camponeses, como por exemplo carros e pequenos aparelhos elétricos foram apropriados pelos bancos comerciais quando eles não puderam repagar seus empréstimos adquiridos para o desenvolvimento econômico. Quando, no desespero, alguns deles retornaram a sua terra para plantar iúca, feijão, milho e outros cultivos de subsistência, acusaram-lhes de terem violado a lei e alguns deles foram presos.

As porções de floresta de comunidades locais que as usam para sustentar-se transformaram-se em uma sentença de morte para os pequenos e médios proprietários de terras. Em decorrência disso, suas necessidades são ignoradas e os membros das comunidades que costumavam depender da floresta são declarados inimigos da floresta tropical. Em 1996, La Cuenca de Aguas Claras também foi declarada uma reserva de florestas e chegaram as mudanças na área. Em 2001, eu assisti a uma reunião pública na Câmara Municipal em La Cuenca de Aguas Claras na que mais de 200 granjeiros, homens e mulheres, chegaram prestes a ser entrevistados. Como o número era alto demais, escolheram Abel Fuentes e Luis Guimo para falar em sua representação. Declararam-se testemunhas do seguinte relato. De acordo com o Sr. Fuentes, o MINAE disse que "nossa forma de vida de sobrevivência está produzindo desmatamento e poluição e reduzindo o nível de água de La Cuenca de Aguas Claras. O MINAE exagerou o nível de desmatamento para expulsar quase todos os habitantes porque está reflorestando nossa terra para vender o oxigênio a outros países e obter 'doações'". O Sr. Martín Guimo, outro pequeno proprietário que ainda vive dentro da terra expropriada acrescentou "Quando pedimos informação aos funcionários do MINAE, eles decidem quando e onde podemos obtê-la. Quando propomos uma reunião, eles propõem quando e onde podemos fazer a reunião, eles podem mudar a hora, a data ou podem cancelar a reunião sem avisá-nos. Muitos de nós vivemos longe do local da reunião e às vezes devemos cavalgar por 3 horas para assistir a uma reunião e é decepcionante chegar e inteirar-se que a reunião foi cancelada" (Guimo, entrevista, julho de 2001).

O poder do mundo industrial para redesenhar a floresta como produtora de oxigênio exacerba as desigualdades. Enquanto uma nova estrutura de acumulação surge, a desintegração do ecossistema que suportou os meios de sobrevivência das comunidades locais tem efeitos poderosos sobre a divisão sexual do trabalho e a opressão das mulheres. Quando as famílias são desintegradas violentamente ou deslocadas e se empobrecem, as mulheres rurais são incentivadas a migrar para San José e áreas turísticas, esperando obter rendas para elas e suas desamparadas famílias. Introduzidas na economia baseada no dinheiro, as mulheres empobrecidas se ganham a vida em todo ou em parte como prostitutas. As prostitutas na Costa Rica são mulheres trabalhadoras que sustentam crianças e membros da família. Elas não estão no mercado por eleição mas por necessidade. Junto com elas, há um incrível número de crianças que são compradas, vendidas e maltratadas pela sociedade.

As relações de poder dos credores, que incentivam a transformação da natureza em mercadoria, estão escritas nos corpos da floresta, as mulheres e as crianças da endividada Costa Rica. Enquanto os habitantes são despejados de sua terra, desamparados e as mulheres e crianças vulneráveis voltam-se para a indústria do turismo sexual, forçando-os em uma nova forma de escravidão do século XXI –escravidão sexual massiva. Os homens brancos do primeiro mundo, com a cumplicidade dos governos locais, vão explorar as dificuldades econômicas da crise da desigualdade criada pelo capitalismo global.

Esse tipo de 'solução' permite ao mundo industrial continuar poluindo enquanto possa comprar créditos do carbono de países com densas florestas tropicais. Enquanto isso, as emissões produzidas por um aumento no carvão e petróleo queimados –principalmente no mundo industrial– continuam sem impedimentos. O comércio do carbono é uma relação colonial com tendências

marcadas de classe e gênero que afetam a natureza dos países endividados, junto com a produção de subsistência e as vidas das mulheres e dos homens da floresta tropical.

Extraído e editado de: "The Tragedy of the Enclosures: An Eco-feminist Perspective on Selling Oxygen and Prostitution in Costa Rica", por Ana Isla, Professor Assistente na Universidade de Brock, Canadá. Ela também é membro da Toronto-Women for a Just and Healthy Planet, e-mail: aisla@brocku.ca. O documento na íntegra em inglês está disponível em: http://www.wrm.org.uy/countries/CostaRica/Eco-feminist_Perspective_Costa_Rica.pdf

[início](#)

- Equador: o governo enfrenta um desafio no Parque Nacional Yasuni

Há dois dias, quando o presidente Rafael Correa afirmou que os ambientalistas queríamos voltar à época das cavernas ao pretendermos uma moratória petroleira, não fazia mais que repetir o que, durante anos, têm dito aqueles que moldaram e ainda mantêm o país dependente que temos... O problema foi que desta vez a declaração foi feita enquanto a imprensa internacional dava um grito de alerta pelo aquecimento global... se queirmos mais petróleo, acabaremos nas cavernas!!

Além de ser um comentário tipicamente desenvolvimentista, convida a lembrar o mito da caverna de Platão.

Conforme o mito, os seres humanos vivemos encadeados dentro de uma caverna, sentados de costas para a entrada pela qual entra a luz. As sombras representam a única realidade que vemos. Não percebemos as cadeias e também não queremos nem podemos agir contra nossas percepções.

Mas Platão diz que alguém, alguma vez, se conscientiza de estar encadeado, se liberta, vira e sai da caverna. A luz é tão forte que se sente ofuscado e somente aos poucos se acostuma e pode ver as coisas verdadeiras...

O projeto Ishinpingo-Tiputini-Tambococha (ITT), como sombra agigantada no meio da escuridão, é anunciado com o mesmo entusiasmo que outros grandes projetos malsucedidos. Falam de 4.000 empregos, um investimento de 5 bilhões de dólares, a oportunidade para sair da pobreza... mas se alguém repara nos impactos ambientais, a resposta é que "serão minimizados".

Por que é um projeto que provoca rebuliço?

O projeto ITT está localizado no Parque Nacional Yasuni. Conforme estudos científicos, o Parque Yasuni (criado em 1979) é a região de maior diversidade biológica do mundo. Faz parte do refúgio do Pleistoceno Napo. E também é território do povo Huaorani e zona de trânsito, pesca e caça dos Taronenane e Tagaeri, povos que vivem em isolamento voluntário e que para viver necessitam seu território livre de intervenções externas.

Trata-se de um projeto que confronta duas visões do mundo, duas realidades. Desde a sombra projeta imagens de crescimento. Mas à luz da experiência petroleira equatoriana, será um novo desastre ambiental e social para as comunidades locais.

Com reservas provadas de quase 1 bilhão de barris de cru pesado, o governo pretende manter os

ritmos de exploração e exportação de cru. Por um lado, está interessado um consórcio formado pela Petrobrás (Brasil), Enap (Chile), Petroecuador e Pdvsa (Venezuela), que pretende consolidar na prática uma aliança em função de propostas de integração, independentemente do custo acima de tudo ambiental. Por outro, está interessada a empresa SINOPEC, de origem chinesa, que pretende ter uma presença cada vez maior na região, e apresenta ofertas econômicas altas à custa de sua total ignorância em assuntos ambientais.

Mas é impossível ignorar que o projeto está dentro do Parque Nacional- uma zona de alta sensibilidade ambiental- e que é sabido que provocará níveis de poluição maiores dos já existentes nas zonas já intervindas, por tratar-se de cru pesado e estar associado a grandes quantias de águas tóxicas, em uma relação de 80-20 (80 de águas tóxicas por 20 de cru).

O projeto provocará sem dúvidas uma deterioração geral da zona, graves impactos sobre a vida dos povos locais, extinção de culturas.

Diante deste cenário, apresentou-se a proposta de analisar a possibilidade de pôr à venda o cru do subsolo com o intuito de nunca vir a ser extraído. Disseram que o custo de cada barril no subsolo seria de uns 5 dólares. Ouvi muitas pessoas dizerem que gostariam de ter 20 barris, ou 10 ou 1 e saber que nunca serão extraídos...

Considera-se que assim é possível cumprir o triplo objetivo de conservar a biodiversidade, enfrentar o aquecimento global e proteger os direitos dos povos em isolamento voluntário.

O presidente Rafael Correa, em um tom quase desafiador, encomendou ao Ministro da Energia, Alberto Acosta e à Ministra das Relações Exteriores, Maria Fernanda Espinosa "substituir os recursos que o país deixará de receber e que poderiam ser investidos em programas de saúde, educação e infra- estrutura". E salientou, "Se tal substituição ocorrer, não haverá licitação".

O Equador subscreveu convênios internacionais tais como o de proteção da biodiversidade e a Convenção- Quadro da Mudança Climática; o Convênio 169 da OIT; o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; a Declaração Universal de Direitos Humanos; a Convenção Americana sobre os Direitos e Deveres do Homem; a Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio, que protegem os povos e seus territórios e que propõem a salvaguarda do planeta.

Os argumentos em favor do mecanismo de vender o petróleo para que não seja extraído existem; porém, haverá vontade política não apenas nacional como também internacional para enfrentar o assunto?

Será um projeto tratado à sombra de um Equador encadeado ou pelo contrário será tratado à luz de uma nova visão de país na qual o ambiente não seja um requisito a ser superado, e sim o alicerce para a subsistência da nação?

Por Esperanza Martínez, correio electrónico: tegantai@oilwatch.org.ec, Oilwatch, www.oilwatch.org.ec

[início](#)

- Índia: Lei de Direitos sobre as Florestas, uma arma de luta

A aprovação da Lei de Tribos Catalogadas e Outros Habitantes Tradicionais das Florestas (Reconhecimento dos Direitos sobre as Florestas), de 2006, constitui um marco na difícil e prolongada luta dos Adivasis e outros habitantes da floresta do país. Pela primeira vez na história das florestas indianas, o Estado admite formalmente os direitos que têm sido negados aos habitantes da floresta durante muito tempo, e a nova lei florestal procura não apenas emendar a “injustiça histórica” como também dar às comunidades florestais um papel prioritário no manejo das florestas.

É a Lei, que para ser aprovada, os indignados “conservacionistas” indianos, a burocracia florestal e as empresas de papel e celulose demoraram dois longos anos e para a qual uma campanha política de movimentos florestais em nível nacional, apoiada por um comitê parlamentar conjunto recomendou ambiciosas mudanças do rascunho original. As objeções à Lei e especialmente à Versão do Comitê Parlamentar Conjunto (CPC) incluíram desde apreensões (a lei distribuiria as terras florestais às famílias tribais) até enérgicas declarações (a vida silvestre e as pessoas não podem coexistir, e todos os tigres perecerão). A versão do CPC modificou a data limite de inícios de 1980 para dezembro de 2005; incluiu todos os habitantes não tribais da floresta, reconheceu direitos de habitantes tribais e tradicionais em áreas declaradas como protegidas; revisou o processo de identificação destas áreas protegidas para garantir a maior transparência no processo e incrementou o teto de 2,5 hectares de terra a 4 hectares. E o que é ainda mais importante, prescreveu que não haveria desvios de terras florestais sem o consentimento do gramsabha (o conselho do povoado).

Como era de esperar-se, o governo rejeitou remeter o relatório do CPC ao parlamento, argumentando sérias diferenças em quatro questões principais: data limite, inclusão de habitantes não tribais, direitos dos gram sabhas e mudança do teto. O Ministério de Assuntos Tribais não queria incluir os habitantes não-tribais e setores do governo apoiados pelo lobby dos protetores da vida selvagem não queriam uma mudança na data limite porque destruiria as florestas. Depois de meses de idas e vindas, o governo aparentemente aceitou o relatório do CPC e o projeto foi passado finalmente ao Lok Sabha no dia 15 de dezembro de 2006. Foi evidente que o governo fez algo de errado já que dezesseis emendas principais foram retiradas pelo ministro de assuntos tribais no projeto de lei que ele mesmo tinha remetido ao parlamento. O projeto de lei emendado foi aprovado pelo Lok Sabha, e mesmo havendo amplos debates no Rajya Sabha que discutiam as últimas emendas, a Câmara Alta aprovou o mesmo projeto de lei truncado no dia 18 de dezembro depois de o ministro de Assuntos Tribais dar algumas garantias sobre as normas.

Apesar da traição do governo e suas tentativas de enfraquecer os conteúdos positivos do projeto de lei, a lei promulgada pelo Parlamento indiano marcou uma drástica diferenciação das anteriores leis florestais no país, e os habitantes da floresta podem ganhar com isso.

A nova lei reconhece o direito a terras para moradia, cultivo e pastagem (ocupadas e em uso desde dezembro de 2005), e a produtos florestais não madeireiros (parcialmente, já que por enquanto estão limitados a produtos de “origem vegetal” e peixe). Aceita que existem legítimos habitantes da floresta não tribais (ainda que de forma restrita), reconhece o direito à reabilitação em casos de anteriores deslocamentos forçados e prescreve que toda futura notificação de “intocabilidade” de áreas de conservação e cessação de direitos em Áreas Protegidas exigirão o consentimento dos habitantes. O que é ainda mais importante, a Lei afirma que os direitos reconhecidos dos habitantes da floresta incluem a conservação da floresta e da biodiversidade, e o envolvimento dos habitantes deverá fortalecer os esforços de conservação (a lei diz responsabilidade e autoridade dos habitantes)

Em outra seção muito importante, a Lei diz que todas as terras florestais- sejam quais forem sua

localização e categoria- usadas tradicionalmente pelas comunidades serão tratadas, de agora em diante, como recursos florestais comunitários, e os habitantes das florestas poderão agir resolutivamente na conservação desses recursos.

Apesar de a Lei de Direitos sobre a Floresta ter esses elementos positivos, muitas ambigüidades e "lacunas jurídicas" a fazem confusa. Além disso, foi contextualizada de forma a deixar fora do seu âmbito um amplo setor de habitantes da floresta. Por exemplo, apenas aqueles que tenham habitado áreas florestais durante 75 anos estão qualificados como "outros habitantes tradicionais das florestas" (outros que não sejam as tribos catalogadas), e apenas aqueles que "originariamente tenham habitado" as áreas florestais podem reclamar direitos em virtude da Lei.

Essas são preocupações que os movimentos florestais do país agora planejam abordar com uma prolongação e intensificação da campanha em favor da Lei de Direitos sobre a Floresta. Ao verem que a sinceridade do governo a respeito da Lei é suspeitosa, os movimentos resolveram "implementar" a lei por conta própria.

Como a Lei foi promulgada? Por que um estado que aderiu ao princípio do 'domínio eminente' (em que o Estado é proprietário de todos os recursos naturais sobre os quais os habitantes não têm nenhum direito) e que ignorou as justas reclamações dos habitantes da floresta, agora seria suscetível aos direitos dos habitantes? Por que admitiria que os habitantes têm direitos sobre as florestas se todas suas políticas e leis até agora- desde o colonialismo de 1850 em diante quando se apoderou das florestas- eram dirigidas a deixar-los de fora, primeiramente com a promoção de florestas comercialmente produtivas, e depois com a conservação da vida silvestre?

É preciso discutirmos essas questões durante os próximos meses. Nem tudo pode ser respondido, primeiramente porque o processo de elaboração da lei ainda não se completou (as normas não estão prontas), e em segundo lugar, porque os contornos do processo político que determinam o controle sobre a floresta acabam de emergir na Índia. O tempo e o curso das lutas esclarecerão muitas questões.

Mas há uma questão evidente . A Lei- por melhor intencionada que seja- em si mesma não resolve nada e, pelo único fato de existir, o Estado não vai dar de bandeja os direitos florestais aos habitantes. O Departamento Florestal e seu coercitivo aparelho burocrático e seus cúmplices tais como a máfia da madeira não desaparecerão, nem as grandes ONGs conservacionistas deixarão de protestar cada vez que os habitantes consigam realmente alguns direitos. A ameaça do desenvolvimento permanecerá, e tanto as florestas quanto seus habitantes serão destruídos como sempre, por barragens, fábricas, rodovias e minas. A Lei não modifica nada até que as lutas pela floresta a transformem em uma arma.

Está na hora que as lutas pela floresta sejam consideradas e definidas no contexto político mais amplo. A sabotagem que o governo fez à lei mostrou que existe uma tentativa consciente para minar o controle da comunidade sobre os recursos florestais, que encaixou no plano maior que se manifesta em outras ações do governo- a modificação da regulação ambiental existente para que a mineração, companhias, barragens e grandes indústrias possam ser facilmente estabelecidas. O motor para adquirir à força férteis terras agrícolas bem como terras comunitárias por conta das Zonas Econômicas Especiais e empresas privadas está em funcionamento. Nos últimos meses, as concessões de mineração a empresas particulares em áreas florestais aumentaram de forma desmedida.

Os movimentos florestais na Índia agora devem opor-se a esse amplo projeto de vender as vidas e

os recursos dos habitantes ao capital. A Lei de Direitos sobre a floresta concede às comunidades um espaço político na gestão da floresta. Para os movimentos, é uma arma importante para reivindicar-se e desafiar a atual autoridade florestal e as forças do capital, que se internam nas florestas ostensivelmente. Outras forças anti- populares que atuam nas florestas- grupos "linha dura" defensores da vida silvestre, forças feudais, comerciantes - devem ser desafiados.

Vários movimentos têm sido engajados na recuperação de terras nas áreas florestais em algumas regiões. Esse processo deve ser fortalecido e tais programas de ação devem ser estendidos a outras áreas. É preciso derrubar as chamadas estruturas participatórias criadas pelo Departamento Florestal como o Manejo Florestal Conjunto, para que nem o Estado nem o capital privado ajudado pelas Instituições Financeiras Internacionais encontrem alicerces para avançar na floresta.

A aprovação desta limitada lei nos dá uma promessa para formar uma aliança de movimentos. De agora em diante, os movimentos dos habitantes das florestas também estarão em prol de uma nação pluralística e verdadeiramente democrática, baseada na justiça social e ambiental. A conexão Estado- capital deve ser questionada tanto em nível operacional quanto ideológico, nacional e internacionalmente, e envolvendo todas as forças progressivas que participam em outros âmbitos sociais, culturais e políticos.

By Soumitra Ghosh, Foro Nacional de Habitantes e Trabalhadores das Florestas (NFFPFW), e Campanha pela Sobrevivência e a Dignidade (CSD), Índia. e-mail: soumitraq@gmail.com

[início](#)

- Mali: as florestas na soberania alimentar

O Mali está recebendo nestes dias mais de 500 mulheres e homens de uma centena de países do mundo inteiro, que se reúnem ao redor do "Nyeleni 2007: Fórum pela Soberania Alimentar". O objetivo do encontro é colocar em marcha um "movimento internacional para atingir o verdadeiro reconhecimento do direito à soberania alimentar", reafirmá-lo e "precisar suas implicações econômicas, sociais, ambientais e políticas".

Que entendemos por "soberania alimentar"? O conceito de soberania alimentar surge em 1996, quando Via Campesina o usa pela primeira vez na Cúpula Mundial da Alimentação realizada em Roma. Em 2002 o Fórum de ONG/OSC para a Soberania Alimentar define a soberania alimentar como "o direito dos povos, comunidades e países a definir suas próprias políticas agrícolas, pastoris, do trabalho, de pesca, alimentares e agrárias que sejam ecológica, social, econômica e culturalmente apropriadas a suas circunstâncias exclusivas".

Desde a época o conceito tem continuado aprofundando-se em sucessivos encontros, para conformar uma alternativa aos modelos produtivos impostos pelas políticas globalizadoras digitadas desde os organismos de poder (BM, FMI, OMC, etc.) que têm consolidado o controle das grandes transnacionais sobre os alimentos, desde a semente, semeadura e insumos, até a distribuição, processamento, venda e hábitos de consumo no mundo inteiro.

A soberania alimentar focaliza-se na autonomia local, nos mercados locais e na ação comunitária e incorpora aspectos como a reforma agrária, o controle territorial, os mercados locais, a biodiversidade, a autonomia, a cooperação, a dívida, a saúde e muitos outros assuntos relacionados

com a produção de alimentos.

Talvez então o primeiro assunto a ser salientado é que a soberania alimentar é um processo de resistência popular e sua conceituação não apenas está imersa nos movimentos sociais que impulsionam essas lutas mas permite que se aglutinem ao redor de um acordo comum de objetivos e ações.

É assim que desde os camponeses o conceito se amplia para abranger os sem terra, os pescadores tradicionais, os pastores, os povos indígenas... e a defesa das florestas, que é também uma questão de soberania alimentar.

Os produtos não madeireiros da floresta têm sido e continuam sendo uma contribuição fundamental para numerosas comunidades que habitam a floresta ou vivem nas proximidades mas lançam mão dela para sua sustentação. Lá encontram mel, frutas, sementes, nozes, raízes, tubérculos, insetos, animais silvestres, elementos todos que oferecem uma importante fonte adicional de nutrição. Mas não apenas isso, mas também utilizam as resinas, o ratã, o bambu, taninos, corantes, folhas, palha, peles, couros que servem para o auto-consumo ou para a venda com a que conseguir renda que garanta a aquisição de outros alimentos. A floresta também fornece plantas para forragem, de especial importância para a produção de gado vacum, ovelhum, caprino, burros e camelos.

As florestas também são ameaçadas e destruídas pelos mesmos processos que ameaçam a agricultura camponesa: o avanço dos agronegócios e suas monoculturas em grande escala para a exportação –desde a soja até os eucaliptos-; a destruição da biodiversidade com a imposição dos transgênicos; a matriz petrolífera cujo processo de exploração envenena e destrói tudo a seu redor; o cercado de sítios de alta diversidade para o negócio do turismo ou a bioprospecção. Em todos os casos trata-se de cenários que exploram ou deslocam comunidades inteiras, privando-as de suas formas de vida e cultura e sumindo-as na miséria. O modelo dominador acarreta um círculo de exploração, extermínio, exclusão. Quando a floresta é destruída, é destruído um espaço de soberania alimentar.

No entanto, isso não acontece sem sua contrapartida. Desde a base, os camponeses, os pescadores tradicionais, os pastores e os povos indígenas, que têm desenvolvido e feito com que fosse possível os sistemas de produção que lhes garantiram a sustentação para eles e para os que não estavam diretamente envolvidos na produção, procuram abrir uma brecha a processos que se apresentam como demolidores. Desde o local, construindo autonomia, retomando os princípios de cooperação, integração e diálogo com a natureza que permitiram a construção de sistemas agroecológicos biodiversos e a conservação dinâmica dos ecossistemas, os movimentos populares viram donos de seu destino e ensinam ao mundo que "É hora da soberania alimentar!"

[início](#)

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- **Austrália: Tasmânia mostra o caminho para proibir as plantações de árvores**

No ano passado, aproximadamente 170 granjeiros se encontraram na comunidade rural de South Riana para exprimir suas preocupações e ver a forma de evitar que terras agricultáveis valiosas

sejam transformadas em plantações madeireiras. Estavam preocupados pelo futuro da área – baseada em empresas de laticínios e agrícolas bem sucedidas- e pediram ao governo da Tasmânia que abolisse o desenvolvimento das plantações de árvores em terras agrícolas de primeira.

A reunião foi realizada dias antes de que o Conselho da Ilha de King se transformasse no primeiro na Tasmânia em proibir as plantações em terras rurais, receando que poderia colocar em risco a viabilidade das indústrias de laticínios e carne. O excelente creme, queijo, iogurte e a carne são mais importantes para os islenhos de King no Estreito de Bass que as lascas de madeira. E colocando os tasmanianos em primeiro lugar, o Conselho da Ilha de King tem removido o florestamento de seu esquema de planejamento como um uso agrícola aceitável, uma modificação agora aprovada pela Comissão de Planejamento dos Recursos e Desenvolvimento.

O prefeito local, Charles Arnold, diz que as granjas de árvores teriam um severo impacto sobre as famosas indústrias da ilha de laticínios e carne e que "Depois de plantadas, o número de pessoas envolvidas é mínimo. E acho que nossas terras agrícolas de primeira não deveriam ser sacrificadas pelos lucros obtidos por outras pessoas com a minimização de seus impostos".

Há também uma moratória sobre corte de vegetação na ilha para pastagem. "As pessoas querem proteger o que têm na ilha" disse o gerente geral do Conselho da Ilha de King, Andrew Wardlaw.

O Ministro Florestal Federal Eric Abetz está irritado pela decisão de proibir as granjas de árvores. Ele disse que contrariamente às alegações dos granjeiros, as plantações criam novos trabalhos e revitalizam as comunidades locais, e que estão destinadas ao mercado nacional: "Ou importamos madeira...ou plantamos a nossa."

No entanto, quando o Ministro plantou a árvore número 100 milhões para a Great Southern Plantations Ltd. em uma plantação comercial de madeira de lei perto de Albany no Oeste da Austrália, estava exaltando as exportações: "Depois de colhidas, 100 milhões de árvores resultarão na produção de 10 milhões de toneladas de lascas de madeira secas –todas as quais estão destinadas à exportação para o sudeste da Ásia."

A Great Southern Plantations faz parte do Grupo Great Southern, um administrador de investimentos do agronegócio. Ela tem devorado terras para granjas de árvores recentemente, estendendo-se do Oeste da Austrália até as Ilhas Tiwi e a Ilha King. As plantações são um grande negócio, principalmente porque os investimentos são 100% dedutíveis de impostos no ano no que são realizados. Esse esquema lhe dá uma vantagem que ninguém tem, como disse alguém "tem transformado a Tasmânia em um estado de plantação de monoculturas de árvores. Os Eucalypt nitens são agora a característica principal da atualmente tediosa paisagem da Tassie [Tasmânia]."

A proibição das granjas de árvores industriais é uma medida que muitas comunidades rurais do mundo inteiro esperam que seus governos adotem. Poucos o têm feito, e o Conselho da Ilha de King deveria estar bem orgulhoso de mostrar o caminho.

Artigo baseado em informação de: "Tasmanian Cattle Farmers Fear Plantations' Impact", http://www.mycattle.com/news/dsp_international_article.cfm?storyid=19022, Australian Broadcasting Corporation, News Online, 2006; "Tasmanian farmers protest against tree plantations", The World Today, 2006, <http://www.abc.net.au/worldtoday/content/2006/s1724364.htm>; "Abetz spitting chips over King Island tree farm ban", Tasmanian Times, <http://tasmaniantimes.com/index.php/weblog/comments/mr-howard-and-plantations/>

- Brasil: as práticas enganosas da Veracel

No sul do estado brasileiro da Bahia, a aproximadamente 45 quilômetros da costa oceânica, na divisa entre os municípios de Eunápolis e Belmonte está localizada a fábrica de celulose da Veracel, uma sociedade em partes iguais do grupo sueco-finlandês Stora Enso e a Aracruz do Brasil, que dirige hoje um dos projetos de cultivo e industrialização de eucalipto de maior escala no mundo.

Desde finais da década de 80, gigantescos projetos de monoculturas de árvores e fabricação de celulose começam a instalar-se no Cone Sul americano, abrangendo vastas extensões na Argentina, no Chile, no Uruguai e no Brasil. Implementa-se assim uma decisão estratégica dos principais grupos do mercado da madeira e do papel originários da Suécia, Finlândia, Espanha, Estados Unidos, Brasil e Chile.

Ao mesmo tempo que no Norte iam fechando dezenas de fábricas que produziam 100, 200 e 300.000 toneladas de celulose ao ano, no Sul estabeleciam-se fábricas de um milhão de toneladas anuais com suas correspondentes plantações, invadindo vastas áreas de ecossistemas nativos e outras dedicadas à agricultura e à criação do gado tradicionais da região, com suas conseguintes formações sociais.

Um exemplo desse modelo e de seus impactos sociais e ambientais são as plantações e a fábrica da Veracel, as primeiras iniciadas em 1991 e a segunda em setembro de 2005, que abrangem 164 mil hectares próprios e outro tanto contratado com 2.000 produtores da área, dedicados ao cultivo massivo de eucaliptos para alimentar uma produção de 900.000 toneladas anuais de celulose.

No começo de suas atividades, através de custosas campanhas publicitárias, a Veracel comprometeu-se a preservar a Mata Atlântica, assegurou que suas plantações eram ecologicamente sustentáveis, que forneceriam dezenas de milhares de empregos e realizariam grandes obras sociais. No entanto, enquanto o projeto avançava, as promessas foram reduzindo-se e hoje não correspondem à realidade.

A amplitude e a rapidez da expansão da monocultura geraram fortes mudanças nas condições de vida da área: entre 1991 e 2002 o êxodo rural atingiu 59,4% e pequenos povoados desapareceram. Porção dos expulsos decidiu lutar por seu direito a uma parcela de terra e outros foram procurar trabalho à maior urbe próxima, Eunápolis, que tem aproximadamente 100.000 habitantes.

Depois de fortes choques com a polícia e bandos armados em 2005, 515 famílias organizadas pelo Movimento dos Sem Terra (MST) atingiram seu objetivo, mas outras 1570 famílias continuam exigindo terras em acampamentos estabelecidos à beira das rodovias da área. Enquanto isso, os que se deslocaram para a cidade não conseguem trabalho e fazem parte da crescente emergência social urbana.

"Aqui temos a maior ressaca produzida pela presença da Veracel. O que mais tem crescido é a criminalidade, a prostituição infantil, a miséria, a fome, o índice de presos, de assaltos de assassinatos", afirma o jornalista Jodenilton Bastos, que recebe constantemente, através de dois programas diários na Rádio Ativa 92,7 Mhz, de Eunápolis, pedidos de roupa e alimentos para os desempregados.

As promessas de trabalho e bem-estar feitas pela Veracel sofreram uma redução progressiva no decurso do tempo. Começou anunciando a criação de 40.000 empregos, depois passou para 20.000, e depois para 10.000 na fábrica e 3.000 em tarefas rurais. Agora, a fábrica emprega aproximadamente 300 trabalhadores, a maioria deles de fora, porque não acham operários especializados na área.

A emergência social na região chega à fome extrema. A Casa SOS Vida em Eunápolis, dirigida pela irmã Teresinha Biase atende até 50 crianças. "Chegam com um peso de 50 a 60 por cento por baixo do normal. Permanecem de três a oito meses até sair do risco de vida", explica. Sustentam-se com doações voluntárias, não recebem ajuda econômica do setor público nem de empresas particulares.

A situação em Eunápolis agrava-se perante o abandono pela Veracel de programas de assistência direta à população. Um projeto de lanche e atenção educacional para 100 crianças de um bairro pobre foi fechado pela companhia depois de conseguir com ele um aval financeiro. Os pais das crianças denunciaram que a Veracel os vestia especialmente para receber as visitas do exterior e tirar fotografias.

Uma situação similar aconteceu com a preservação da Mata Atlântica, a sustentabilidade das monoculturas de eucaliptos e a não poluição pela fábrica de celulose dos cursos de água e do ar. Os Promotores de Justiça do Ministério Público de Eunápolis têm iniciado várias ações contra a Veracel, mas a justiça é lenta e os poderes públicos atuam em cumplicidade com a companhia.

"Nossa justiça é das mais lentas que existem. Eles se aproveitam dessa lentidão e vão implementando suas ações", diz João Alves Da Silva Neto, Promotor de Justiça de Eunápolis, referindo-se à Veracel. "Utilizam grande tráfico de influências. Os poderes executivo e legislativo estão em mãos do poder econômico, que pressiona cada vez mais para aumentar suas plantações", acrescenta.

Em 1993, a Procuradoria da República aceitou uma ação civil contra a Veracruz, antecessora da Veracel, por derrubar centenas de hectares de Mata Atlântica. A companhia não se deteve e começou a ocupar áreas para atividade agropecuária tradicional, plantando além do limite fixado pela legislação local. A lei é simplesmente ignorada ou alterada de acordo com o governo municipal ou do estado.

Há vários anos que diferentes entidades civis da área denunciam irregularidades das companhias florestais e de celulose. Em 2005, depois de uma audiência pública, a Procuradoria exigiu à Veracel a retirada de suas plantações em um raio de 10 quilômetros nas áreas de amortecimento das Unidades de Conservação dos Parques Nacionais, de acordo com o estabelecido pela lei brasileira.

De acordo com a engenheira agrônoma Mônica Leite, especialista em fruticultura, essa região "foi muito próspera, tinha boas chuvas e certo equilíbrio, havia muita mata. Meu pai era agricultor, plantou muito (...) e não havia doenças. Há uns 15 anos, a fruticultura aqui era maravilhosa, havia imensas plantações de mamão, graviola, goiaba. Mas isso está acabando com a chegada da Veracel".

O pequeno pecuarista José Marinho Damaceno sofre as conseqüências do despejo dos efluentes da Veracel na frente de sua casa, no outro lado do rio Jequitinhonha. O forte cheiro de repolho podre produz dor de cabeça e irritação nos olhos, e cada vez que isso acontece deve deixar sua casa. Damaceno sabe que deverá deixar definitivamente seu terreno e vendê-lo como puder.

O peixe típico do Jequitinhonha, o robalo quase tem desaparecido. Como remédio, a Veracel semeou outro peixe, o pintado, que ajudou a liquidar o robalo, mas que também está desaparecendo. Entidades civis têm exprimido sua inquietude pelas emissões da fábrica de celulose que utilizaria tecnologia ECF, mas não há dados disponíveis, apenas a empresa realiza seus controles.

Fonte: Pesquisa realizada in situ pelo jornalista uruguaio Víctor L. Bacchetta (vbacchet@internet.com.uy) com o apoio do Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia (CEPEDES) que, desde 1991, desenvolve suas atividades na cidade de Eunápolis. Uma versão ampliada deste relatório está disponível em: <http://www.guayubira.org.uy/celulosa/Veracel.html>

[início](#)

- Camarões: as "florestas" de borracha da FAO

Conforme a definição da FAO, as plantações de borracha são "florestas". Recentemente, percorremos uma dessas "florestas" em Kribi, Camarões e falamos com trabalhadores e moradores locais. À diferença dos "especialistas" da FAO, ninguém- ninguém mesmo-considera essas plantações como florestas.

De fato, o que puder existir no mundo de menos parecido com uma floresta, isso é justamente uma plantação de borracha. À normal monotonia de plantações formadas por fileiras paralelas de milhares de árvores idênticas- eucaliptos, pinheiros, acácias- neste caso se soma o fato de cada árvore ter pendurado no tronco um pequeno recipiente que recolhe o látex que cai, e de haver, aos lados dos caminhos, outros recipientes maiores que acumulam o látex que será levado à planta processadora. Isso acrescentado com o penetrante e desagradável cheiro da borracha.

As plantações que visitamos são propriedade da Sociéte des hévéas du Cameroun (HEVECAM), uma empresa formada em 1975, cujas plantações abrangem um total de 42.000 hectares em uma região anteriormente coberta por densas florestas tropicais, consideradas das mais biodiversas do mundo. Ainda hoje podem ser vistos, entre as árvores de borracha, enormes tocos de árvores nativas ou até grossos e longos troncos em processo de decomposição no meio da plantação. Ou seja, que esta plantação- esta "floresta" conforme a FAO- foi a causa direta da completa destruição das florestas que aí existiam.

Isso é bem sabido para os indígenas Bagyeli ("pigmeus"), que foram os principais prejudicados. Os Bagyeli são caçadores- coletores nômades que encontravam, em sua antiga floresta, tudo quanto necessitavam para seu bem- estar. Um grupo de Bagyeli que entrevistamos nos informou que antigamente viviam bem em seu território, que abrangia o que hoje é a plantação da HEVECAM além de outras áreas adjacentes. A floresta já não existe e eles são considerados intrusos em seu próprio território, agora sob controle da empresa. Se bem os "deixam entrar" na plantação, as crianças são proibidas de fazê-lo porque podem "estragar as árvores de borracha".

A possibilidade de obter alimentos e rendas através da caça é reduzida. Além da diminuição da fauna devido à plantação acrescenta-se a presença de caçadores com armas de fogo- geralmente trabalhadores da HEVECAM- que têm vantagem ao concorrer com as armas tradicionais dos

Bagyeli. Quanto às possibilidades para obterem emprego na plantação, também são pouquíssimas. A empresa, às vezes, dá emprego para fazer limpezas, mas paga muito pouco. O resultado é que agora são um grupo humano desmoralizado, pobre, malnutrido, explorado e oprimido, encurralado pela plantação e sem ter aonde ir.

Mas os Bagyeli não foram os únicos prejudicados. Entrevistamos também moradores do povoado de Afan Oveng, próximo à plantação da HEVECAM, onde, há dois anos, ocorreu um acidente com um caminhão da empresa e o conteúdo de látex e amoníaco que carregava foi parar no arroio do povoado. Como resultado, morreram animais, as pessoas adoeceram, morreram os peixes. Eles enviaram cartas e cartas às autoridades responsáveis e à empresa e até agora só obtiveram como “compensação” alguns carros- pipa com água que nem sequer é apta para o consumo humano.

Contudo, para essas pessoas, o problema não é apenas um acidente senão que é bem mais profundo e consiste em nunca terem sido reconhecidos seus direitos tradicionais sobre a floresta. Por exemplo, as terras onde agora está localizado o hospital da empresa pertenciam a este povoado. Fazem questão de dizer “a floresta nos pertence” e denunciam que “a floresta que ainda resta está sendo destruída pela HEVECAM”.

De fato, a empresa continua desmatando florestas “de forma selvagem”, aparentemente em conivência com o prefeito de Kribi, que é proprietário da serraria onde essa madeira é processada. A comunidade local não recebe nenhum benefício; no entanto, fica com o prejuízo decorrente da desaparecimento da floresta e dos produtos dela obtidos.

Os trabalhadores da empresa –trazidos de outras regiões do país- pareceriam ser então os únicos beneficiados por estas plantações. Porém, isso também não é assim. “a HEVECAM é a escravidão”, afirmou uma pessoa que tinha trabalhado por 7 anos para a empresa. Falou de salários muito baixos, trabalho duro, doenças respiratórias, cegueira, tuberculose, mortes, demissões arbitrárias, impossibilidade de sindicalização.

Visitamos então um dos povoados construídos pela empresa e conversamos com vários trabalhadores que nos explicaram que tinham problemas permanentes com a água potável, que as latrinas estavam repletas provocando abundância de mosquitos, e conseqüentemente diarreias, cólera e paludismo. Nas moradias, eles têm que viver “comprimidos” e conseguir uma casa com duas habitações não é fácil. Então, a maioria das famílias deve viver em uma única habitação. Como as casas são propriedade da empresa, se os trabalhadores forem demitidos, ou até quando se aposentam, ficam automaticamente sem um lugar para viver.

Também explicaram o sistema de transporte para os trabalhadores da empresa, em veículos contratados e obrigados a cumprir um determinado horário para percorrer os 40 km do povoado até a plantação- o que resulta em freqüentes acidentes. Contaram sobre a aplicação de herbicidas e fertilizantes sem luvas nem equipamento protetor. Também nos explicaram que há pessoas que ficam cegas, porque nesse clima não podem usar os óculos providenciados pela empresa que nunca fez nada solucionar o problema.

Se isso tudo parecia confirmar que efetivamente “a HEVECAM é a escravidão”, tal convicção foi ainda mais fortalecida quando os trabalhadores nos contaram que quando a empresa foi privatizada em 1996 (o grupo GMG International de Singapur é seu proprietário atual), só ficaram sabendo disso quando apareceram carros diferentes dos usados pelos anteriores gerentes. “Fomos comprados nós ao mesmo tempo que as árvores de borracha”. Tal como na época da escravidão.

Por: Ricardo Carrere, com base na informação recopilada durante o percurso realizado na região em dezembro de 2006 com os pesquisadores Sandra Veuthy e Julien-Francois Gerber. O autor agradece o apoio recebido do Centre pour l'Environnement et le Développement (CED), que possibilitou esse percurso.

início

- Índia: projeto de florestamento do Banco Mundial está cada vez pior

A ONG indiana Samata e o Forest Peoples Programme do Reino Unido têm descoberto que o plano de ação de reassentamento (RAP) do Andhra Pradesh Community Forest Management Project – APCFMP (Projeto de Manejo Comunitário das Florestas de Andhra Pradesh) financiado pelo Banco Mundial mina os direitos e meios de vida tradicionais e viola multiplamente as políticas de salvaguarda do Banco sobre Povos Indígenas e Reassentamento Involuntário. A avaliação participativa, que foi levada a cabo em sete aldeias no NE de Andhra Pradesh em novembro de 2006, tem descoberto que muitos problemas identificados em um estudo anterior de Samata-FPP (ver notas no final) deste projeto florestal do Banco, que começou em 2002 e acabaria no final de 2007, não têm sido resolvidos e em alguns casos inclusive têm piorado.

O estudo descobriu que as comunidades Adivasi atingidas não têm podido participar significativamente no desenho do Plano de Ação de Reassentamento (RAP) de acordo com o qual supostamente o APCFMP compensa os sofrimentos das famílias Adivasi depois de perder os campos de cultivo rotacional em terras de florestas sob o anterior Projeto de Manejo Florestal Conjunto assistido pelo Banco (1994-2000).

Comunicaram-lhes aos aldeões simplesmente que o Departamento Florestal tem dinheiro para membros do Comitê de Proteção que levem a cabo atividades para "melhorar a terra" e "gerar renda" sob algo chamado "RAP". Muitas comunidades atingidas não entendem o que é o RAP e por que faz parte do chamado projeto de "Manejo Comunitário das Florestas" (CFM). Em dois casos, ONG contratadas para implementar o RAP têm comunicado incorretamente aos aldeões que o subsídio do RAP é um empréstimo que deve ser repagado em todo ou em parte pelos aldeões. Na Aldeia de Chapariguda, no Distrito de Shrikakulam, por exemplo, uma ONG de implementação do RAP tem supostamente cobrado dinheiro injustamente a 18 famílias Sávara, prometendo-lhes que através desse pagamento obteriam benefícios sob o plano do RAP. Os aldeões não têm visto o empregado da ONG por 11 meses e não têm tido qualquer notícia desde a época sobre se sua aldeia tem sido incluída no plano de compensação pelo Departamento Florestal de Andhra Pradesh (APFD).

Os aldeões indígenas Adivasi não têm sido devidamente informados sobre seus direitos e prerrogativas. Em várias aldeias visitadas por Samata e o FPP, as pessoas dizem que as ONG as têm pressionado para assinar cartas de consentimento para receber as 25.000 R "sancionadas" por família.:

O homem da ONG colheu as assinaturas e impressões digitais de todas as pessoas. Ele disse: 'Assine aqui para receber o benefício de 25.000 R. Não há compensações do Comitê de Proteção de Florestas de Aldeias (VSS) agora, portanto você deveria assinar o documento para obter o benefício do RAP'. Ele disse que as mulheres obteriam sáris e que os homens receberiam panos. Ele colheu 200 R de cada família e disse que eram necessárias para receber o subsídio do RAP. 18 famílias lhe pagaram esse dinheiro! [Famílias Savara em uma reunião na aldeia de Chapariguda em

novembro de 2006]

Perguntamos ao homem da ONG, por que está coletando nossas assinaturas? Ele disse: 'O Departamento Florestal tem sancionado 25.000 R por família. Vocês obterão isso em materiais. Apenas devem assinar para isso. Ele não explicou nada sobre compromissos legais de deixar nossas terras de florestas... Se tivéssemos entendido que estávamos comprometendo-nos legalmente a não retornar ao cultivo podu (rotacional) nunca teríamos assinado.' [Aldeões Adivasi, Divisão Narseepatnam, Distrito de Vishakhapatnam, Andhra Pradesh]

Contrariamente ao que dispõe o contrato de empréstimo do projeto, em todas as aldeias visitadas não se realizaram avaliações do impacto minuciosas para cada família, para avaliar os custos monetários e não monetários ou sofrimentos que tinham suportado nos últimos 10 anos depois de perder suas terras de cultivo rotacional. As ONG locais se têm queixado de que a taxa fixa de compensação de acordo com o RAP é injusta e inexata, mas essas queixas têm sido ignoradas pelo Departamento Florestal.

Há sinais preocupantes de que em algumas aldeias as famílias que ficaram sem terra de acordo com o anterior projeto de florestamento do Banco estão sendo excluídas também da compensação estabelecida no RAP –em direta contravenção do contrato de empréstimo. Na aldeia de Sagara, no Distrito de Vishakhapatnam, 5ª Área Registrada, por exemplo, as famílias que ficaram sem terra depois de serem obrigadas a deixar suas terras de cultivo rotacional (podu) na floresta de acordo com o projeto de JFM financiado pelo Banco Mundial na década de 90 alegam que têm sido excluídas da assistência do RAP. De acordo com líderes da aldeia, essas famílias não foram convidadas às reuniões do RAP e os funcionários locais do APFD têm estabelecido que a compensação pelos prejuízos causados pelo anterior projeto do Banco está disponível apenas para aquelas famílias que já têm terras patta (campos permanentes).

Os líderes comunitários e ONG de apoio apontam que todo o projeto de CFM está desatualizado porque mina as atuais ações do governo para dirigir-se a reconhecer os direitos consuetudinários às florestas de acordo com a recentemente promulgada Lei de Tribos Registradas e outros Habitantes Tradicionais das Florestas (Reconhecimento dos Direitos sobre as Florestas) (2006). Por causa da inadequação do RAP e as sérias falhas em seu desenho (especialmente o nível arbitrário de compensação (taxa fixa), um crescente número de aldeias se tem negado a participar no RAP. Muitas ONG locais também estão negando-se a implementar o plano de reassentamento.

Enquanto o projeto chega a seu fim (no final de 2007) os aldeões como os da aldeia de Gorapadu no Distrito de Srikakulam protestam que o Projeto APCFM financiado pelo Banco Mundial ainda carece de transparência e tem menos participação comunitária que o anterior projeto do Banco! As autoridades da aldeia tiveram que usar a Lei de Liberdade da Informação para obter informação sobre o uso pelo Departamento Florestal de fundos do projeto e descobriram informação que tem confirmado suas suspeitas de corrupção. As ONG locais que há tempo que se retiraram do projeto de CFM dizem que não serão enganadas a próxima vez pelas promessas do Banco de um novo enfoque participativo do manejo das florestas:

Quando ouvimos pela primeira vez do projeto de CFM pensamos que a "comunidade" seria central e que as comunidades adquiririam o controle das terras de florestas. Pensamos que o projeto de CFM seria substancioso, como o recipiente de ghee: cheio de rica manteiga líquida clarificada. Mas quando bebemos desse recipiente, achamos que seu conteúdo não tinha gosto. Não há riqueza aqui. Não há "comunidade" no CFM. A bondade tem sido eliminada [Sanjeeva Rao, Associação Velugu, novembro de 2006]

As autoridades da aldeia e ONG de apoio estão agora levando suas reclamações sobre o RAP e o projeto APCFM em geral para agências de implementação e organismos de monitoração "independentes". No entanto, nesta etapa, as comunidades têm pouca esperança de que possam garantir autênticas reparações pelos sofrimentos causados por intervenções florestais do Banco existentes e antigas. Os sinais iniciais são que o APFD vai negar de novo quaisquer problemas com o projeto e ignorar reclamações legítimas da comunidade por infundadas ou "mal informadas".

Por Tom Griffiths, FPP, e-mail: tom@forestpeoples.org.
Informação Adicional:

Contatar Ravi Rebbapragada e Bhanu Kalluri em samatha@satyam.net.in e Tom Griffiths em tom@forestpeoples.org Artigo mais detalhado, ver Griffiths, T (2006) Going from bad to Worse: World Bank forestry project in Andhra Pradesh fails Adivasi communities
http://www.forestpeoples.org/documents/ifi_igo/wb_andhra_pradesh_dec06_eng.shtml

Por estudos anteriores sobre este mesmo projeto do Banco Mundial ver: Griffiths, T, Rebbapragada, R e Kalluri, B (2005) "The Great Community Forest Management Swindle: a critical evaluation of an ongoing World Bank project Andhra Pradesh (India)" Boletim do WRM No. 93 (abril de 2005). Ver também, FPP e Samata (2005) Andhra Pradesh Community Forest Management Project – A preliminary independent evaluation of a World Bank forestry project,
http://www.forestpeoples.org/documents/ifi_igo/wb_andhra_pradesh_cfm_proj_may_05_eng.pdf

[início](#)

- **Malásia: plano de plantações de acácias ameaça a floresta Belum- Temenggor**

Durante décadas, a presença de insurgentes comunistas manteve a fronteira norte da Malásia livre de qualquer exploração. Devido a sua perigosidade para o turismo ou desenvolvimento, a floresta de Belum- Temenggor manteve seu esplendor prístino enquanto a nação construía grandiosas rodovias e estruturas e extraía madeira de outras florestas.

Com uma superfície de 3.000 km², a floresta tropical primária maioritariamente intocada é atualmente um tesouro oculto de biodiversidade. A principal intrusão nesta área natural foi a construção, em 1975, da Rodovia Leste- Oeste, uma faixa de 124 km de asfalto que se estende de Gerik a Jeli e chega a Kelantan e à costa leste.

Não foi até 1989 que os insurgentes cessaram as atividades, permitindo assim que a atividade madeireira começasse poucos anos depois ao ser levantado o toque de queda. Mas os habitats permaneceram suficientemente saudáveis para sustentar a megafauna de tigres malaios e elefantes asiáticos, a reserva íntegra de 10 calaus malaios, plantas especiais tais como a enorme rafflésia e antigas cicadáceas, variedade de macacos e gibões, bem como várias comunidades Orang Asli.

A Rodovia Leste- Oeste divide este enorme, embora simples, ecossistema em duas partes principais: a Reserva Florestal Belum ao norte e a Reserva Florestal Temenggor ao sul.

Uma ameaça está surgindo sobre as florestas de Belum e Temenggor- o Governo de Perak pretende plantar árvores de acácia em uma extensão de 4 km de largura ao longo da Rodovia Leste- Oeste.

Se isso acontecer, o abalo ecológico poderá, sem dúvidas, transformar a floresta Belum- Temenggor em uma paisagem fragmentada com conseqüências calamitosas. Os grandes animais precisam de espaços amplos; portanto, o tamanho da floresta é crucial para os mamíferos selvagens manterem a população reprodutora com suficientes reservas de diversidade genética.

Os funcionários declaram que “novos estabelecimentos de plantações florestais [sic] devem ficar de fora da reserva florestal permanente” e que eles “também devem considerar a preocupação atual pela conservação da biodiversidade e o ambiente”. A Reserva Florestal de Belum já foi designada para a proteção como parte do Royal Belum Park; enquanto algumas áreas da Reserva Florestal Temenggor estão sob uma ordem de cessação da atividade madeireira do ministro- chefe de Perak, Menteri Besar Datuk Seri Mohamad Tajol Rosli Ghazali que começou neste ano.

Até agora, Perak revelou muito pouco sobre seus planos de plantar acácias. Mas não há muitos méritos ao considerar as plantações ao longo da Rodovia Leste- Oeste.

As plantações de acácia são monoculturas estéreis: um tipo de árvore, folhas inapetecíveis, cobertura silvestre limitada, e hábitat inadequado para muitas espécies. Está desprovida do tipo de vida biológica que emana das florestas tropicais. Vejamos dois exemplos de Sumatra e Sarawak, onde as plantações de acácia em grande escala são misturadas com paisagens de áreas protegidas.

As fábricas de papel em Sumatra são fornecidas com madeira procedente tanto das florestas naturais quanto das plantações. Os problemas surgem quando as árvores de acácia das plantações não providenciam os troncos suficientes para satisfazer a demanda das fábricas, influenciando assim nas florestas naturais. As propriedades de plantações de acácia e dendezeiros circundam o Parque Nacional Tesso Nilo- parte da maior área remanescente de floresta de terras baixas, crucial para os tigres e elefantes. A redução do hábitat faz que os elefantes, que não gostam da acácia, procurem frutas e folhas frescas em outras áreas, tais como hortas e plantações de dendezeiros.

Em Sarawak, o governo começou estabelecendo 150.000 h de plantações de acácia em uma Área de Floresta Plantada (PFZ, sigla em inglês) em 2003 para satisfazer as demandas de matéria prima das plantas de celulose. A PFZ é um mosaico de árvores plantadas, florestas naturais, áreas ribeirinhas de amortecimento e corredores de vida silvestre, estes dois últimos como reservas de conservação. Ecologicamente, os pesquisadores constataram que os únicos animais que procuram alimentos nas plantações de acácia são os javalis barbados, uma espécie resistente que se adapta a cultivos secundários em florestas fragmentadas. A transformação de uma complexa floresta tropical em uma monocultura não faz sentido.

Atualmente, a Rodovia Leste- Oeste é só uma linha que secciona um ecossistema bastante intocado. Mas uma plantação de acácia de 4 km de largura é essencialmente um desmatamento que criaria dois hábitats diferentes incapazes de ter a mesma função ecológica que tinham anteriormente devido a seu estado fragmentado.

Eis aqui algumas das possíveis conseqüências para a floresta de Belum- Temenggor se a Rodovia Leste- Oeste se tornar um corredor para a madeira destinada à celulose.

- Perda do potencial ecoturístico – Hoje ainda existe a possibilidade de ver elefantes e outras espécies de flora e fauna ao percorrer a Rodovia Leste- Oeste. Amanhã, os caminhões de madeira para polpa marcharão ao longo do caminho que nem formigas guerreiras.
- Fragmentação insensata – A plantação de acácias agirá como uma barreira que impedirá o fácil

acesso através da rodovia, reduzirá a cobertura expondo os animais ao perigo durante tempo demais e alterará os padrões migratórios e as necessidades territoriais essenciais para conseguir os espalhados recursos alimentares e potenciais parceiros para a reprodução.

- Uma plethora de javalis – Por serem os únicos animais que procuram alimento nas plantações de acácias, os javalis podem dominar a paisagem da área da rodovia e tornar-se um inconveniente para quem viaja que deverá evitar as migrações maciças e as travessias noturnas.
- Ampliação da zona de conflito – É sabido que os elefantes e outros animais procuram alimentos em culturas agrícolas e destroem campos cultivados. Até agora, parece que os elefantes não entram às plantações de acácia mas ao abrir a Rodovia Leste- Oeste à presença humana a frequência de conflitos aumentará, especialmente em áreas próximas às trilhas animais já estabelecidas.

E se os javalis barbados preferirem as plantações de acácias, então os tigres se deslocarão para deleitar-se com uma de suas presas? Então, os caçadores furtivos se deslocarão para beneficiar-se da possibilidade de capturar espécies ameaçadas que venderão por muito dinheiro no mercado negro?

- Expansão da trilha do papel – A despeito das enormes plantações de acácia, as grandes fábricas de papel na Indonésia continuam usando a madeira das florestas naturais para manterem as demandas de produção e o pagamento de dívida. Que acontecerá se 40.000 h ao longo da rodovia não forem suficientes? A pressão para expandir-se e a invasão ilegal podem assediar constantemente e prevalecer sobre os interesses de conservação a fim de satisfazerem a indústria da polpa e o papel.

A Rodovia Leste- Oeste é parte integrante do crescimento econômico da zona norte da Malásia. A floresta Belum- Temenggor é parte integrante da diversidade biológica e da integridade ambiental dos recursos naturais da Malásia. Os malaios devem decidir se a Rodovia Leste- Oeste mantém seus arredores como um refúgio para a natureza ou se torna um caminho que empurre os limites da indulgência capitalística.

Extraído de: "Choking our forest reserves", Rick Gregory,
<http://thestar.com.my/lifestyle/story.asp?file=/2007/1/23/lifefocus/16591171&sec=lifefocus>

[início](#)

- Quênia: plantemos sementes de paz e esperança, não sementes de conflito!

A queniana Wangari Maathai, ganhadora do Prêmio Nobel da Paz de 2004, vice- ministra do Meio Ambiente e Recursos Naturais e integrante do Parlamento fundou, em 1977, o Movimento Cinturão Verde, que se estendeu desde o Quênia e através do continente africano.

O movimento tem um programa de conservação ambiental focalizado na promoção do plantio de árvores indígenas nas áreas de captação e reservas ripárias da floresta, granjas privadas de fácil acesso para a comunidade e espaços públicos, para preservar a biodiversidade local. Para propósitos de conservação, medicina e ervas, sombra, aumento da biodiversidade e proteção de locais culturais, as árvores indígenas são as espécies mais adequadas. As espécies exóticas de crescimento rápido servem para satisfazer as necessidades domésticas e de forragem. Contudo,

Maathai alerta que a introdução de algumas espécies exóticas pode vir a ter um sério impacto no equilíbrio do ecossistema.

Ainda que promova a plantação de árvores, Wangari Maathai se posiciona longe do modelo de monoculturas de árvores em grande escala. Ela advertiu sobre o risco de dar prioridade às plantas exóticas, porque estão se tornando uma ameaça para a flora e fauna da África. "Pensar o tempo todo no dinheiro também contribui para os governos sacrificarem nossa rica biodiversidade", disse Maathai em uma entrevista (The East African Magazine, 13-19 de novembro de 2006). Ela alertou sobre a tendência atual que dá "muita ênfase a árvores como os eucaliptos". "Daqui a vários anos, o lençol freático começará a afundar-se devido à enorme extração de água subterrânea já que essas árvores consomem muita água. O argumento é que maduram rapidamente. Mas o problema é que estão sendo introduzidas nas terras altas do continente, que são as guardiãs do sistema natural de drenagem do continente, sem o qual animais e pessoas que vivem águas abaixo não podem sobreviver", disse a laureada queniana.

Nesse sentido- e até com o Movimento Cinturão Verde como parceiro-, o PNUMA lançou uma importante campanha de plantações de árvores "Plantemos para o Planeta: Campanha de um bilhão de árvores, <http://www.unep.org/billiontreecampaign/>-- que incentiva a plantação de árvores indígenas e árvores apropriadas ao meio ambiente local em áreas de florestas naturais degradadas e áreas naturais. O objetivo é plantar, no mínimo, um bilhão de árvores no mundo todo durante 2007.

Mas o projeto também incentiva as "plantações manejadas de forma sustentável". Isso provoca muitas dúvidas, devido a que dois programas de certificação de plantações (PEFC e FSC), que têm certificado sistematicamente insustentáveis plantações de árvores em grande escala, são parceiros da campanha, e também participa a FAO que tem sido- e ainda é- a maior promotora de plantações de monoculturas do mundo. Cabe salientar que a campanha afirma que "preferem-se misturas de espécies a monoculturas"- enunciado similar ao usado no critério 10.3 do FSC que afirma que "prefere-se a diversidade na composição de plantações". Por que não diz simplesmente que as monoculturas de árvores em grande escala não serão aceitas nesta campanha?

A importância que a campanha deposita no compromisso de plantar árvores- desde uma única árvore a 10 milhões de árvores- pode facilitar o envolvimento de interesses industriais e comerciais que a usariam para publicitarem suas extensas monoculturas. A esse respeito, é revelador ver que o "Parceiro Empresarial Inaugural" da campanha é nada menos que a Toyota, uma corporação japonesa envolvida na manipulação genética de árvores plantadas. Será que logo veremos a Weyerhaeuser, APRIL, Advance Agro, Sappi, Mondi, Stora Enso, Metsa Botnia, Smurfit e outras como "novas parceiras" da campanha?

Quanto a isso, é essencial manter o espírito das palavras de Wangari Maathai: "ao plantarmos árvores, plantamos as sementes da paz e as sementes da esperança". As citações anteriores evidenciam que ela está pensando em espécies indígenas ou pequenas plantações comunitárias. Se as monoculturas de árvores em grande escala forem incluídas, a campanha atingirá facilmente a quantia objetivada, mas, na realidade, será plantando sementes de conflito e sementes de desesperança.

Article based on: "Unbowed. One Woman's Story", Wangari Muta Maathai, published by William Heinemann, 2006; "Beware those foreign plants", The East African Magazine, November 13-19, 2006.

- Vietnã: o que está acontecendo no setor da celulose e do papel?

A indústria papelreira do Vietnã está explodindo. Em 1995, a produção de papel foi de 220.000 toneladas. Em 2007, a Associação Vietnamita do Papel visa a produzir mais de um milhão de toneladas de papel. A demanda ultrapassa de longe o fornecimento e em 2006, o Vietnã importou 709.000 toneladas de produtos papelreiros. Uma grande proporção do papel produzido é para embalagem- resultado da expansão da economia exportadora do Vietnã.

Atualmente, a indústria papelreira vietnamita só satisfaz 37 por cento da demanda doméstica e o Vietnã também deve importar polpa para manter suas fábricas de papel em funcionamento. Em 2007, a indústria prevê importar 232.000 toneladas de celulose.

Isso poderia estar prestes a mudar. Conforme o plano do Ministério da Indústria de 2006, o setor vietnamita da celulose e do papel precisará de um investimento de US\$ 6 bilhões até 2020. Parte desse investimento já começou, e atualmente, a criação de uma nova capacidade de produção de cerca de 750.000 toneladas está planejada ou em andamento.

Em maio de 2006, esta criação começou na fábrica de celulose An Hao com uma capacidade de 130.000 toneladas ao ano na província de Tuyen Quang, no norte do país. A japonesa Marubeni Corp ganhou um contrato de US\$ 130 milhões para construir a fábrica. Planeja-se uma fábrica de papel na segunda fase do projeto. O governo aprovou uma área de 380.000 hectares de terras florestais para fornecer a fábrica.

No sul do Vietnã, a expansão está em andamento na fábrica de celulose Phuong Nam na província de Long An. A Phuong Nam produzirá 100.000 toneladas de polpa de kenaf (espécie parecida com a juta) ao ano. O financiamento de US\$70 milhões provém do banco francês Société Générale para importações de equipamento e serviços. A Petrovietnam Finance Company e a Companhia de Investimento, Desenvolvimento, Comunicação e Transporte também estão financiando o projeto. A austríaca Andritz está fornecendo a maquinaria com o apoio das agências de crédito para a exportação austríaca, alemã e sueca.

Em agosto de 2006, a Saigon Export-Import Company anunciou seus planos de investir US\$150 milhões em uma fábrica de papel com capacidade de 115.000 toneladas ao ano no distrito de Nui Thanh, na província central de Quang Nam. A fim de fornecer a matéria prima para a fábrica, as autoridades de Quang Nam adjudicaram 30.000 hectares de terra para plantações de acácia e eucalipto.

Em novembro de 2006, a Vietnam Paper Corporation anunciou seus planos de investir quase US\$300 milhões em uma expansão da papelreira Bai Bang na província de Phu Tho. A Vinapaco planeja a montagem de uma linha de produção de 250.000 toneladas de celulose ao ano na Bai Bang. Serão destinados US\$100 milhões adicionais em "áreas florestais para matéria prima"- em outros casos conhecidas como plantações industriais de árvores-, abrangendo um total de 160.000 hectares em cinco províncias.

Em janeiro de 2007, a papelreira Lee & Man com sede em Hong Kong anunciou seus planos de construir uma fábrica de papelão ondulado com capacidade de 320.000 toneladas ao ano e uma fábrica de celulose com capacidade de 150.000 toneladas ao ano no Vietnã. Foi informado que a Lee

& Man também está interessada em investir em projetos de plantação no Vietnã.

Esses projetos de fábricas de celulose (com a exceção da Phuong Nam, que será fornecida com kenaf plantado por agricultores) significarão mais plantações industriais de árvores, mais perda de biodiversidade, mais arroios exauridos, mais esgotamento do lençol freático e menos terras para a agricultura e as comunidades rurais.

Recentemente, William Sunderlin e Huynh Thu Ba, pesquisadores do Centro Internacional para Pesquisa Florestal, se faziam duas perguntas de pesquisa sobre o Vietnã: como as florestas contribuem com a mitigação da pobreza; e se os planos de plantações de árvores em grande escala são coerentes com o objetivo governamental de eliminar a pobreza. Eles concluíram que "ainda não têm nenhuma pesquisa empírica voltada especificamente para responder essas perguntas" e portanto, não podem respondê-las.

Porém, inclusive sem essa pesquisa, o desenvolvimento de plantações industriais de árvores para alimentar a indústria papelreira está altamente subsidiado pelo governo vietnamita bem como por agências de ajuda bilateral e multilateral. Enquanto os benefícios desses subsídios são para a indústria do papel e da celulose e as indústrias exportadoras, os impactos são para a população rural.

Em agosto de 2006, o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MARD) anunciou que levaria a cabo um "concentrado florestamento" em 258,000 hectares nas terras altas centrais. Em fevereiro de 2007, o MARD anunciou planos de estabelecer 2,4 milhões de hectares de plantações durante os próximos cinco anos na região montanhosa do norte. Conforme o vice-ministro de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Hua Duc Nhi, as plantações estão planejadas para providenciar matéria prima para a indústria da celulose, que produzirá 700.000 toneladas de celulose ao ano na região norte do Vietnã, quando as plantações forem estabelecidas.

O governo alemão está apoiando um projeto para estabelecer plantações em cinco províncias do norte no Vietnã. O Banco Asiático de Desenvolvimento tem aprovado um empréstimo de US\$45 milhões para um projeto de "florestamento" nas terras altas centrais. O Banco Mundial está financiando um Projeto de Desenvolvimento do Setor Florestal em quatro províncias litorâneas do centro do país. O projeto visa a estabelecer 66.000 hectares de plantações.

Enquanto isso, o projeto- emblema do governo em plantações de árvores, O Programa de Reforestamento de 5 Milhões de Hectares (5MHRP) parece estar implodindo. O 5MHRP começou em 1998, e visava a plantar um milhão de hectares de plantações industriais de árvores para alimentar a indústria da celulose e do papel. "No Vietnã, os planos arquitetados eram inapropriados e portanto foram cancelados," explicou um especialista florestal do Banco Mundial a Keith Barney, um acadêmico canadense, em 2003. O especialista do Banco descreveu o programa 5MHRP como "não realístico". Dois anos depois, Hua Duc Nhi, vice-ministro de Agricultura e Desenvolvimento Rural reconheceu que a plantação de árvores estava "com atrasos". Estudos do governo constataram que a qualidade das plantações era pobre e que o fornecimento de madeira era escasso. O objetivo tem sido reduzido agora a três milhões de hectares.

Em janeiro de 2007, a Education Nature Vietnam informou que, "Auditorias governamentais têm revelado que entre 1998 e 2005, um total de 35 bilhões de dong (US\$2,25 milhões) de verbas para florestamento foi malversado e destinado a um uso privado por parte de autoridades provinciais."

Por Chris Lang, email: chrislang@t-online.de, www.chrislang.blogspot.com

SUMIDOUROS DE CARBONO

- Uganda: anotações de uma viagem ao Mount Elgon

As terras próximas do limite sul do parque nacional Mount Elgon são verdes e os solos vulcânicos são férteis. Mas depois de ter sido declarado parque nacional em 1993 tem estourado, no local, um conflito, por vezes violento, entre os moradores e a administração do parque nacional.

Em julho de 2006, visitei o parque nacional Mount Elgon em companhia de Jutta Kill da Sinkswatch e Timothy Byakola da ONG Climate Development Initiatives. A visita fazia parte da pesquisa para o relatório do WRM sobre um projeto de plantações de árvores para compensar emissões de carbono, desenvolvido pela organização holandesa FACE Foundation e a Autoridade de Vida Silvestre da Uganda (UWA, sigla em inglês). O projeto UWA- FACE tem plantado, até agora, 8.500 hectares de um total de 25.000 ha com árvores indígenas ao redor dos limites do parque nacional. O projeto recebeu a certificação da SGS Qualifor conforme o sistema do Conselho de Manejo Florestal.

O presidente do conselho local nos informou que algumas pessoas morreram em decorrência de ser despejadas do parque nacional em 1993. "Nós obtivemos a terra em 1980"- ele disse. " Depois de Mount Elgon ser declarado como parque nacional, nossa propriedade foi destruída e nossas moradias foram queimadas. A partir de então, nós temos vivido aqui neste Centro Comercial." E nos disse que a UWA tinha prometido uma compensação que nunca chegou.

Continuou dizendo, "Nós cultivamos no ano passado. Mas quando fomos à floresta fomos espancados. Morreram seis pessoas. Informamos do acontecido ao tribunal mas ainda estamos esperando uma decisão." Ele nos contou que no início de 2006, o Presidente viu que as pessoas estavam desesperadas e disse que os moradores poderiam voltar às terras. "Mas voltamos com medo. A UWA não nos trata como seres humanos."

Vários moradores contaram casos de violência e ameaças provocados pelos guardas florestais da UWA. Um deles nos disse que um morador foi obrigado a comer os intestinos de um rato morto. Outro explicou o caso de um morador forçado pelos guardas da UWA a ter sexo com uma cabra. Outros falaram de casos em que os homens foram obrigados a ter sexo entre eles.

Eu disse a eles que a FACE Foundation reconhece que houve alguns problemas em 1993 mas afirma que em geral agora as coisas estão melhor no parque nacional. Mas um morador refutou: "Não. Os problemas pioraram. E outro acrescentou "O que estamos descrevendo ocorreu recentemente."

Eu disse a eles que a FACE Foundation afirma que seu projeto está fornecendo empregos. Eles riram. E um morador respondeu, "Não, a FACE Foundation não está fornecendo nenhum emprego no povoado." Perguntei a eles se alguém da FACE Foundation alguma vez tinha visitado o povoado. A resposta foi que a UWA-FACE tinha plantado as últimas árvores nessa área em 1994.

Nenhum dos moradores tinha ouvido falar sobre o Conselho de Manejo Florestal.

Visitamos um centro comercial em Buwabwala Parish, ao qual se trasladaram os moradores em 1993 depois de serem expulsados do parque nacional. Muitos desses moradores tinham comprado terras aos funcionários florestais desde finais dos anos 1970 a inícios dos anos 1980. Os guardas florestais não recebiam seus salários, e estavam ávidos pelo dinheiro procedente de taxas por alocação de terras. Ao mesmo tempo, sob os regimes de Idi Amin e de Milton Oboto, o governo incentivou o desmatamento da floresta para os grupos anti- governo não poderem esconder-se nela. Os moradores venderam suas terras da parte baixa das encostas do Mount Elgon a fim de pagar aos guardas florestais as terras da parte alta. Quando o governo declarou a ilegalidade dessas transações, eles vieram a ser sem- terra.

Um morador se apresentou como representante das pessoas expulsadas, não apenas no povoado como também no Supremo Tribunal. E disse, "Em outros tempos, as pessoas e o parque conviviam amigavelmente. Nós queremos a floresta aqui. Nós conhecemos os benefícios da floresta."

Ele nos disse que depois das expulsões de 1993, o governo deixou os moradores com pouquíssimas terras. "A UWA e a UPDF usaram a força das armas para expulsar- nos. Todas nossas propriedades foram derrubadas e nossa terra foi adicionada ao parque nacional." E continuou, "Em 1998, nós apresentamos reclamações junto ao tribunal. O tribunal nos ajudou. Nos deram terras para usarmos até sair a decisão. Mas os guardas- florestais da UWA não estão permitindo que as pessoas usem a terra. Plantamos, mas estamos ameaçados dia e noite. A UWA, às vezes, destrói nossos cultivos. Nós temos os documentos dos títulos de propriedade e do tribunal, inclusive os 'Certificados de Propriedade'. Solicitamos a ajuda do governo para que a UWA fique onde está até sair a decisão do tribunal."

Estes moradores também contaram que foram atacados pelos guardas da UWA. Um deles foi espancado e levado à polícia. Outro mostrou as feridas que tinha recebido no queixo, quando os guardas da UWA bateram nele com uma espingarda. Outro tem a mão fraturada por ter sido espancado pelos guardas da UWA. Outro foi obrigado a deitar no solo e agüentar uma pesada pedra nas costas que lhe impedia mexer-se. Agora está doente. Outro morador foi espancado e agora está prostrado na cama. "Estes são apenas alguns de muitos casos," disse o representante do povoado. "A UWA nunca foi processada por isso. Nós informamos, muitas vezes, das ações da UWA às autoridades, mas como somos pobres nunca aconteceu nada."

"Ontem, a UWA arrancou cebolas de nossas hortas," disse um morador. "Hoje de manhã houve disparos," acrescentou outro.

Perguntei se o projeto da UWA-FACE tinha providenciado empregos nesse povoado. "Nenhum de nós tem emprego no parque nacional. Nenhum," foi a resposta. Ninguém da FACE Foundation tem visitado esse povoado.

Perguntei sobre o FSC. Mais uma vez, nunca tinham ouvido falar nele. Em qualquer caso, quando alguém vem ao povoado, tem suas próprias atividades, explicou um morador. "Quando você pergunta, ouve uma bala," ele disse.

Um morador abriu um envelope que tinha cartuchos de balas. "As balas foram disparadas por pessoas que tentavam matar- nos," ele disse. "Algumas pessoas morreram. Outras foram feridas."

Os direitos sobre a terra são a chave do bem- estar dos moradores. "Levar uma criança à escola é quase impossível se não tivermos terras," disse um morador. "Nós não queremos todo o parque nacional, nós só queremos recuperar nossas terras," disse outro.

O primeiro passo para abordar os direitos sobre as terras das pessoas que vivem dentro e nos arredores do parque é reconhecer que os limites do parque nacional (bem como grande parte do parque em si mesmo) constituem uma área muito polêmica. Qualquer decisão verticalista sobre os limites do parque implicará mais conflitos entre a administração do parque e a população local. A FACE Foundation está aumentando a tensão porque o carbono armazenado em suas árvores deve ser protegido à custa do prejuízo das comunidades locais. Através do projeto UWA-FACE, os limites do parque estão sendo estabelecidos, não com pedras mas com carbono. Em vez de pôr o foco nos "direitos" da UWA para administrar o parque nacional ou nos "direitos" das pessoas do Norte para continuar poluindo, é necessário e urgente partir da perspectiva dos direitos das pessoas que vivem dentro e ao redor do Parque Nacional Mount Elgon.

Por Chris Lang, e-mail: chrislang@t-online.de, www.chrislang.blogspot.com. "A funny place to store carbon: UWA-FACE Foundation's tree planting project in Mount Elgon National Park, Uganda", por Chris Lang e Timothy Byakola, disponível em: <http://www.wrm.org.uy/countries/Uganda/book.html>
início

BIOCOMBUSTÍVEIS

- A União Européia e sua solução sem perspectiva para um setor do transporte à prova do clima: quanto mais gasolina você consumir, mais verde você será

Os biocombustíveis estão na moda entre os fabricantes de automóveis e políticos que estão ansiosos por ser considerados "verdes" sem abordarem diretamente o problema das crescentes emissões produzidas pelo transporte. A badalação chegou em cheio à UE. No dia 10 de janeiro, a Comissão Européia apresentou seu novo anteprojeto de biocombustíveis e energia, que pode ser resumido em poucas palavras: notícias ruins para o clima e para a população.

O documento da Comissão propõe que, até 2020, dez por cento do combustível para transporte (excluído o combustível para a aviação) em toda a UE deverá provir de biocombustíveis. Será proveniente de vários cultivos que incluem colza, milho, beterraba açucareira e grãos, dendê, cana de açúcar e soja. Alguns destes cultivos para biocombustíveis estarão estabelecidos na UE, mas sua capacidade é limitada- portanto, quanto maior for a demanda européia por esses combustíveis "verdes", maior será a extensão cultivada nos países do Sul. E como a Comissão estabeleceu um objetivo em proporção ao uso de combustíveis, os aumentos no consumo de combustíveis incrementarão ainda mais esse volume. Por ser o combustível para transporte, atualmente, a causa do aumento de emissões de incremento mais rápido na UE, a demanda de importações de biocombustíveis dos países do Sul será considerável.

Isso é particularmente preocupante porque há uma evidência progressiva de a demanda atual da UE por biocombustíveis estar estimulando a destruição da floresta e a transformação de ecossistemas ricos em biodiversidade no mundo todo, da América do Sul ao Sudeste Asiático.

Em Camarões, por exemplo, a SOCOPALM, a maior plantação de dendê, está se expandindo à custa de florestas tradicionalmente usadas pelas comunidades locais. Essa expansão deu origem a conflitos territoriais envolvendo os povos Bagyeli, Bulu e Fang que tiveram suas terras confiscadas sem qualquer compensação. Os empregos gerados nas plantações- que rara vez são para a população local- são freqüentemente temporários, sem contratos nem seguros de saúde ou

acidentes, e os salários são extremamente baixos: um trabalhador não qualificado recebe pouco mais de um euro por uma jornada de 12 horas. Os agroquímicos e despejos das refinarias poluem os córregos adjacentes, minando ainda mais o sustento das populações locais.

Além de comprometer o sustento das comunidades locais e causar mais desmatamento e mais transformação em agricultura intensiva, muitos biocombustíveis tem aumentado e não reduzido as emissões de gases de efeito estufa no processo de produção e tratamento. Um recente estudo do impacto ambiental de plantios de dendzeiros no Sudeste Asiático realizado pelo grupo conservacionista Wetlands International revelou que seu uso na Europa poderia gerar até 10 vezes mais CO2 que as emissões equivalentes de gásóleo fóssil.

O relatório da Comissão menciona essas ameaças superficialmente mas exalta os biocombustíveis como uma oportunidade para as economias do Sul. Não reconhece que os lucros do mercado de biocombustíveis voltado para a exportação beneficiará uns poucos no Sul enquanto muitos enfrentarão perdas de suas terras tradicionais e preços cada vez mais altos nos alimentos básicos. Já que os objetivos de biocombustíveis da UE promoveriam a produção de biomassa nos países do Sul, a UE seria responsável pela redução da superfície das terras dedicadas à produção de alimentos, e portanto, minaria a segurança alimentar local e internacional. Do mesmo modo que os europeus, os objetivos de produção de biocombustíveis dos EUA têm sido criticados por exigirem uma excessiva proporção de cultivos de milho (20 % em 2006). Nos EUA, a demanda de milho para biocombustíveis já incrementou o deficit mundial de grãos, aumentando os preços de alimentos básicos tais como a tortilla no México.

A proposta da Comissão não faz referência a outro assunto chave: o interesse da indústria biotecnológica pela promoção dos biocombustíveis. As variedades geneticamente modificadas de vários cultivos atualmente usados como cultivos para biocombustíveis (por exemplo, milho, soja e colza) têm enfrentado forte rejeição a seu uso alimentar, especialmente na Europa. A indústria espera que ao promover estes cultivos para biocombustíveis ganhem maior aceitação.

O aumento do volume do setor do transporte é a verdadeira questão que a estratégia energética da UE deveria abordar. O investimento em programas de transporte público bem desenhados e assequíveis é essencial, mas o anteprojeto da UE não menciona nada disso. O documento não deixa dúvidas que o objetivo principal da promoção de biocombustíveis no setor do transporte europeu é a "segurança energética", e não a mudança climática nem a redução do traço ambiental da UE. Isso pode explicar a desconsideração de medidas dentro do setor do transporte que pudessem resultar em maiores benefícios quanto à mudança climática. Os limites de velocidade e uma melhor proporção potência-peso para novos veículos e caminhões podem resultar na mesma economia que ainda seria maior com o uso pneumáticos eficientes e a redução do consumo de combustível através de motores menores nos carros de passageiros. E isso tudo antes de promover a economia de combustível ao substituir o sistema de transporte individual por programas inteligentes de transporte público. A Comissão descarta todas essas opções por considerá-las marginais e não dignas de desenvolver. Prefere importações arriscadas de combustíveis que provavelmente minem as políticas ambientais e climáticas em vez de ter um setor de transporte que não prejudique o clima. Não surpreende, então, que mais de sessenta organizações ambientalistas e de justiça social estejam fazendo um apelo para deter os objetivos de biocombustíveis da UE.

Por Jutta Kill, FERN, e-mail: jutta@fern.org , www.fern.org, www.sinkswatch.org . Este artigo será publicado na edição 150 da Red Pepper, março de 2007, "Temperature Gauge", <http://www.redpepper.org.uk/>

- Enfrentando a corrida do biocombustível: a terra deve ser usada para alimentar as pessoas, não os carros

A atual afeição da União Europeia para favorecer o uso e importação de biocombustível como uma alternativa dos combustíveis fósseis tem causado sérias preocupações entre aquelas pessoas que são conscientes de que o aquecimento global deveria ser abordado globalmente e precisa mudanças drásticas nos padrões de consumo, comerciais e de produção ocidentais.

Em 10 de janeiro passado, os comissários da UE tomaram decisões sobre a diretiva da UE sobre Biocombustíveis que são fundamentais para o futuro de muitas pessoas nas nações do Sul. Poucos dias antes, as redes latino-americanas, que por muito tempo têm estado denunciando os sérios e irreversíveis impactos do esquema de monoculturas industriais de árvores em grande escala, invadindo os ecossistemas e culturas do Sul, tinham apelado aos governos e pessoas dos países da União Europeia para procurar soluções que não piorem a já dramática situação social e ambiental dos povos da América Latina, Ásia e África. Alegaram que "é hora da soberania alimentar" e "a terra deve ser usada para alimentar as pessoas, não os carros".

"O crescente uso de automóveis individuais e seu consumo de gasolina associado como uma das principais causas do aquecimento global, faz com que o uso de combustíveis fósseis cresça todo dia. Neste contexto, o uso de biocombustíveis pareceria ser uma alternativa positiva. No entanto, tudo parece indicar que isso gerará sérios impactos negativos, especialmente sobre os povos do Sul" diz a carta, já que "os cultivos para gerar energia serão plantados na América Latina, bem como em países da Ásia e da África, à custa de nossos ecossistemas naturais." Enquanto os europeus mantêm seu estilo de vida baseado na cultura do automóvel, as populações dos países do Sul terão menos e menos terras para cultivos alimentares e perderão sua soberania alimentar, devendo basear sua dieta em alimentos importados, possivelmente da Europa. (ver carta pública "We want food sovereignty, not biofuels" –Queremos soberania alimentar, não biocombustíveis- em http://www.wrm.org.uy/subjects/biofuels/EU_declaration.html)

Em 26 de janeiro, a organização indonésia Sawit Watch (Oil Palm Watch) também encaminhou uma carta pública ao Parlamento Europeu, à Comissão Europeia, os governos e cidadãos da União Europeia, alegando que "as plantações de dendzeiros são uma importante causa do desmatamento, incêndios de florestas, poluição da terra e da água, e são impostas às comunidades locais e povos indígenas, desconsiderando seus direitos, meios de vida ou bem-estar e são manejadas sem suficiente preocupação pelos direitos e bem-estar dos trabalhadores das plantações e pequenos proprietários de terras." Também denunciam a "extrema concentração de terra e recursos naturais nas mãos de poucos empresários das plantações de dendzeiros e indústrias do azeite de dendê." "Portanto é inevitável que, em decorrência da política sobre biocombustíveis da Europa, os direitos à terra dos povos indígenas e comunidades locais serão abandonados ainda mais, e que a segurança alimentar vai ser minada e que as terras com fins agrícolas e para os meios de vida de subsistência vão diminuir " diz a carta.

Eventualmente convocam à UE "a adotar medidas corretivas e efetivas através da adoção de políticas e declaração de um compromisso com a justiça global que vai levar a mudanças reais que vão beneficiar as comunidades locais e povos indígenas na Indonésia. É hora de responsabilizar os

mercados, os governos e as companhias", já que "O Desenvolvimento sem justiça não é desenvolvimento, é exploração!" (A íntegra da carta está disponível em: <http://tech.groups.yahoo.com/group/biofuelwatch/message/245>)

Fazendo eco das reclamações, mais de 160 organizações europeias e pessoas chave também encaminharam sua própria mensagem em 31 de janeiro, exprimindo sua preocupação extrema pelos planos apresentados pela Comissão Europeia para adotar um objetivo obrigatório para o uso do biocombustível no transporte, o que acarretaria mais desmatamento, perdas de biodiversidade e despejos e empobrecimento das comunidades locais. Eles advertem, entre outras coisas, "o risco de maiores impactos climáticos dos biocombustíveis" e que "os biocombustíveis vão aumentar a pressão sobre o abastecimento mundial de alimentos e erodirão ainda mais a soberania alimentar". Fazem um chamamento aos Estados Membros da UE para "rejeitar o objetivo de biocombustível para transporte e deter todas as outras iniciativas para a produção de biocombustível que poderiam incentivar de algum jeito o uso de biocombustíveis ligado aos problemas descritos. Pelo contrário, o foco deveria estar na redução drástica no uso de energia e apoio para recursos renováveis genuinamente sustentáveis."

Mais assinaturas de organizações, grupos locais e pessoas estão sendo coletadas. Para dar adesão, envie um email para info@biofuelwatch.org.uk . (A íntegra da carta pública está disponível em espanhol em: <http://www.biofuelwatch.org.uk/2007Jan31-openletterbiofuels-spanish.pdf>

[início](#)

Boletim Mensual do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Este boletim também está disponível em francês, espanhol e inglês
Editor: Ricardo Carrere

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Maldonado 1858 - 11200 Montevideo - Uruguay
tel: 598 2 413 2989 / fax: 598 2 410 0985
wrn@wrn.org.uy
<http://www.wrn.org.uy>

